

Quem disse ?

«Os referendos não servem para derrubar governos, mas para os portugueses decidirem sobre uma questão em concreto. Se a oposição aproveitar para criar instabilidade política cometerá um gravíssimo erro.»

António Guterres
RTP-22 de Outubro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº993 29 OUTUBRO 1998 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/impressao/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Regionalização

Opinião

Amílcar Augusto
António Brotas
Joel Hasse Ferreira
José Conde
Rodrigues

Sampaio elogia Guterres

Governo comemora três anos

O Governo assinalou ontem, com um almoço na Pousada de Palmela, depois de uma reunião do Conselho de Ministros, o terceiro aniversário da sua tomada de posse. A reunião do Conselho de Ministros foi ocupada com uma reflexão sobre o caminho já percorrido pelo Executivo, bem como sobre as perspectivas que se abrem na próxima legislatura. De acordo com o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, é hoje claro que a equipa liderada por António Guterres conseguiu cumprir todos os principais pontos constantes no Programa de Governo. Um ou outro aspecto que não foi alcançado, caso da revisão da Lei Eleitoral, apenas se deveu ao bloqueio das forças políticas da oposição. Sinal da forma positiva como o Governo socialista tem conduzido os destinos do País, segundo Vitalino Canas, é o facto de as sondagens mostrarem que as pessoas estão satisfeitas ao fim de três anos de acção do Executivo socialista.

A equipa de António Guterres, acrescentou o secretário de Estado, introduziu «um novo estilo de fazer política, mostrou que é possível governar em diálogo, o diálogo que alguns pretendem ridicularizar, mas que faz com que hoje os membros do Governo se encontrem mais próximos dos cidadãos», referiu.

Também na semana passada, o Presidente da República, Jorge Sampaio, fez questão de destacar o bom relacionamento institucional com o Governo. Falando depois de um almoço de trabalho com António Guterres, Jorge Sampaio revelou que os «encontros com o primeiro-ministro são sempre agradáveis». «Quando se pode juntar aquilo que é uma relação institucional correcta a um relacionamento pessoal de cidadãos que há muito fazem o seu percurso, mas que têm tido sempre grandes pontos de contacto e de relação humana, isso fortalece a democracia portuguesa», comentou.

REGIONALIZAÇÃO REFERENDO DIA 8

A VITÓRIA É POSSÍVEL COM O EMPENHAMENTO DE TODOS

A vitória do Sim à regionalização é possível. António José Seguro acredita que o empenho dos militantes poderá ser a mola impulsora de uma grande vitória da democracia no referendo do próximo dia 8. Em entrevista ao «Acção Socialista», Seguro fala da demagogia da direita e confessa o quanto é difícil combater uma campanha que não tem nada a ver com a regionalização.



Política

Direita pretende abrir crise política



A Comissão Política do PS aprovou segunda-feira a realização do próximo congresso nacional dos socialistas para os dias 30 e 31 de Janeiro. O presidente da Comissão Organizadora do Congresso será Fausto Correia. Na mesma reunião, foi também denunciada a estratégia do PSD e do PP no sentido de abrirem uma crise política a pretexto do referendo sobre a regionalização.

Internacional

EUA apoiam referendo em Timor



O Congresso norte-americano deu em Washington o seu apoio à realização de um referendo supervisionado internacionalmente sobre o estatuto de Timor-Leste. O «Acção Socialista» publica nesta edição um artigo de opinião de Xanana Gusmão publicado no «Washington Post» sobre a situação política na Indonésia.

**Mobilizar, mobilizar, mobilizar**

Na entrevista concedida esta semana, sobre o processo da regionalização, ao «Acção Socialista», António José Seguro deixa um claro apelo à mobilização do Partido e sobretudo dos militantes para mais esta importante batalha política que o PS pretende levar de vencida.

A vitória do Sim é um factor determinante para o desenvolvimento equilibrado do nosso país e mobilizador de energias capazes de colmatar as assimetrias que a gestão centralista tem deixado um pouco por todo o lado.

Portugal é um país habituado a ultrapassar grandes desafios, a nossa história está repleta de exemplos e este torna-se, na actual conjuntura europeia, fundamental para uma correcta e equilibrada integração.

A vitória do Sim é neste contexto primordial não só para a resolução de um vasto conjunto de problemas administrativos, mas também como forma de estancar a enorme campanha de calúnias e desinformação, que a coligação da direita radical está a espalhar pelo País, de repercussões imprevisíveis.

António José Seguro reconhece que só com um esforço redobrado se consegue combater a mentira e a demagogia desta campanha populista do Não. Efectivamente, o esforço despendido para explicar aos portugueses em breves palavras as inúmeras vantagens da regionalização é muito grande. Os argumentos do Sim, reconhece Seguro, são mais difíceis que os do Não, sobretudo porque estes se apoiam na demagogia ao invés do Sim que se apoia nas convicções.

Só um grande empenhamento de todos os militantes do Partido Socialista nesta dura batalha pela modernização administrativa, poderá fazer face à crescente campanha demagógica dos partidários do Não. É urgente que cada um de nós explique a cada português as vantagens da Regionalização, só assim poderemos obter um bom resultado no próximo dia 8.

Não é fácil combater as frases negativas dos partidários do Não debitadas telegraficamente em todos os momentos televisivos e que entram em nossas casas como lanças assassinas. Só a urgente mobilização e empenho de todas as estruturas do Partido poderá combater esta enorme campanha de calúnia. É que quanto mais a luta aquece mais força tem o PS.

**Morreu José Cardoso Pires
O escritor que amava Lisboa**

«Perdemos todos o convívio com um brilhante escritor deste século.»

António Guterres

«José Cardoso Pires foi um grande escritor, de estilo sóbrio e depurado, que nos deixou alguns dos livros mais marcantes da nossa literatura contemporânea.»

Mário Soares

«Portugal perde um dos maiores vultos dos últimos 50 anos da sua literatura.»

Manuel Maria Carrilho

«Desmontou o machismo, o clericalismo e um certo militarismo com uma prosa luminosa, muito depurada.»

Manuel Alegre

A literatura portuguesa está de luto. José Cardoso Pires, após quatro meses de coma profundo em consequência de um acidente

vascular cerebral, faleceu no passado dia 26. Tinha 73 anos.

A sua morte representa uma perda irreparável para todos os povos de cultura portuguesa.

Definitivamente apanhado pela morte branca, José Cardoso Pires, o escritor progressista e generoso que amava Lisboa e a vida, deixa os seus livros, onde a sua escrita lenta e rigorosa continuará a encantar gerações de leitores.

Romancista genial, José Cardoso Pires foi um lutador permanente contra o Estado Novo, o que o levou a ser durante muitas décadas um escritor proscrito pela ditadura salazarista.

Entretanto, a Câmara Municipal de Lisboa, a cidade que tanto amou e está presente em quase todas as suas obras, com destaque para «Livro de Bordo», vai dar o nome do escritor à Biblioteca de Alvalade a uma das ruas da capital.

**Comissão Parlamentar de Trabalho
Artur Penedos eleito presidente**

Artur Penedos ganhou, no dia 22, as eleições para a presidência da Comissão Parlamentar de Trabalho, com 71 votos a favor, num total de 95 votantes, em 112 parlamentares que compõem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Na votação registaram-se 19 votos contra e cinco brancos.

Artur Penedos, que acumulará o cargo com as funções de secretário da mesa da Assembleia da República, substituiu Elisa

Damião na presidência da Comissão de Trabalho, que foi para o Parlamento Europeu ocupar o lugar de José Apolinário, actual secretário de Estado das Pescas.

No mesmo dia, e com base no mesmo universo de eleitores e votantes, o deputado Paulo Arsenio foi eleito vice-presidente da Comissão de Juventude, 92 votos a favor, nenhum contra e com três votos brancos, não tendo sido registados votos nulos.

Recenseamento eleitoral mais justo e rápido

O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, afirmou, no dia 24, em Braga, que «o recenseamento eleitoral vai ser mais justo e mais fácil, se a Assembleia da República aprovar a proposta de lei do Governo» sobre a matéria.

«A proposta que apresentamos prevê que o recenseamento passe a ser feito de forma permanente nas Juntas de Freguesia», recordou Jorge Coelho, acrescentando que «mesmo os jovens com 17 anos poderão inscrever-se, desde que cumpram 18 anos antes do dia da votação».

O governante falava durante a cerimónia de assinatura de protocolos com as Juntas de Freguesia do Distrito de Braga para a cedência de equipamento informático para

a melhoria do processo de recenseamento eleitoral.

Jorge Coelho sublinhou que, «com os novos meios informáticos, as freguesias vêm modernizado o processo de recenseamento e abertas portas para que sejam criados novos serviços de interesse para as populações».

«Um País moderno e eficaz pressupõe um Poder Local forte», sublinhou o ministro, que elogiou o papel das autarquias na resolução dos problemas básicos dos cidadãos.

Jorge Coelho adiantou ainda que o processo de cedência de meios informáticos - computador, impressora e fax modem - tem âmbito nacional, tendo implicado um investimento de 1,5 milhões de contos

«Cultura e Regionalização» em debate no Altis

Realiza-se hoje, às 21 e 30, no Hotel Altis, em Lisboa, um debate subordinado ao tema «Cultura e Regionalização».

Nesta iniciativa da FAUL, as intervenções estarão a cargo de António Reis, Fernando

Pereira Marques, Eduardo Prado Coelho e Cláudio Torres.

Pelo tema e pela qualidade dos intervenientes, este é, seguramente, um debate a não perder.

**EANES ABRE CRISE NO PS**

A edição de 23 de Outubro de 1980 do «Acção Socialista» tinha como tema dominante a crise aberta no PS com a decisão do então secretário-geral, Mário Soares, de retirar, contra a opinião da maioria da Comissão Nacional, o seu apoio à recandidatura do general Eanes à Presidência da República.

Esta posição de Mário Soares que surgiu na sequência de uma conferência de Imprensa do general Eanes, não teve, no entanto, eco na maioria da Comissão Nacional, que decidiu democraticamente reafirmar o seu apoio à candidatura de Eanes, face aos perigos para a democracia que representava a candidatura de direita do general Soares Carneiro.

Por 78 votos a favor, 43 contra, e oito abstenções, a Comissão Nacional do PS manteve o seu apoio a Eanes.

Entretanto, na sequência da vitória da AD nas legislativas, o cantor francês Herbert Pagani, militante do PSF, que tinha actuado em diversos comícios-festa da FRS, enviou a Mário Soares a seguinte carta publicada no «AS»: «A direita ganhou em Portugal, deitou bombas em Bolonha, fez três mortos numa sinagoga em Paris. Mas o luto que podemos permitir-nos, as lágrimas que podemos chorar são as que vertemos pelas vítimas. A liberdade, essa, não morre. Não pode morrer enquanto existem homens como você para a defender. Perdemos uma batalha, não a guerra. O 25 de Abril está vivo. Sempre a seu lado, e à sua disposição.» **J. C. B.**

23 de Outubro

Quem disse?

«No plano social e económico vamos assistir com o Governo AD a uma recuperação paulatina daquilo que foram as transformações económico-sociais, fundamentais no pós-25 de Abril, tendo em vista o refazer do domínio económico sobre o político, o refazer dos grandes grupos financeiros e dos grandes grupos económicos.»

Lopes Cardoso



ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

O referendo e a regionalização

A VITÓRIA É POSSÍVEL COM O EMPENHAMENTO DE TODOS

A vitória do Sim à regionalização é possível. António José Seguro acredita que o empenho dos militantes poderá ser a mola impulsora de uma grande vitória da democracia no referendo do próximo dia 8. Em entrevista ao «Acção Socialista», Seguro fala da demagogia da direita e confessa o quanto é difícil combater uma campanha que não tem nada a ver com a regionalização. Para o coordenador da Comissão Permanente do PS, sempre foi mais difícil construir do que destruir, por isso esta campanha exige um esforço redobrado de todos. Fazendo um constante apelo à mobilização, António José Seguro explica as vantagens da regionalização e alerta para os perigos das manobras eleitoristas da direita pós-referendo.

O PS começou a campanha do Sim à Regionalização demasiado tarde?

Não. O PS começou a preparação da campanha, durante o mês de Abril, incrementou-a no mês de Setembro, sempre com a lógica da informação, da pedagogia, e do esclarecimento para que os portugueses possam em consciência votar no próximo dia 8.

Como é que caracteriza as campanhas pela regionalização?

Como tenho dito há três campanhas neste referendo. A do Sim, a do Não, que estão por convicções, e uma campanha de mentira e falsidade que é lançada pelos líderes do PSD e do PP com o único objectivo de baralhar os portugueses e de incutir medo dizendo da regionalização aquilo que ela não é, precisamente para que os portugueses possam votar Não, ou nem sequer ir votar. O objectivo é claro: derrotar uma proposta do PS dizendo que derrotaram o PS.

Como é que se combate uma campanha que se apoia exclusivamente na calúnia e na demagogia?

Trabalhando, explicando às pessoas, desmultiplicando-nos na militância, no contacto porta-a-porta, falando com os portugueses.

O ideal era que pudéssemos falar com cada um. Como não o podemos fazer, enviámos um folheto para casa de cada português esclarecendo e dando o máximo de informação. Mas reconheço a dificuldade de combater as frases negativas e as mentiras que se dizem em 30 segundos na televisão e que entram em casa das pessoas com muito mais força do que um folheto que é distribuído pelo correio.



Os argumentos do Sim são mais difíceis de explicar que os argumentos do Não?

Sim. Sempre foi mais difícil construir do que destruir e, sinceramente, os argumentos do Sim são sérios, são sólidos. A regionalização não é um objectivo em si mesmo, é um instrumento para o desenvolvimento que gerará mais harmonia em todas as regiões do País, mais emprego, mais condições de saúde. Aproxima o poder das populações, permitindo às pessoas tomarem o destino nas suas próprias mãos, decidirem as prioridades, a maneira como se gasta o dinheiro em vez de esperar à espera que o poder central decida, mas isto tem sido difícil de explicar às pessoas.

Quais as principais dificuldades da passagem da mensagem do Sim nesta campanha?

É difícil que as boas-novas cheguem às pessoas porque estas estão desconfiadas. E, por outro lado, os portugueses vivem num clima de melhoria social, de uma evolução progressiva do seu poder de compra, e questionam-se: porquê mudar se as coisas estão bem. Diria que desse ponto de vista o facto de vivermos com mais progresso e mais desenvolvimento conduz a que seja mais difícil fazermos esta campanha.

Como está ser organizada a campanha?

O Governo enquanto Governo não participa na campanha. No entanto, há vários di-

rigentes do Partido Socialista que são membros do Governo e que estão empenhados na campanha, bem como os deputados e o partido.

Que acções estão previstas?

Toda a nossa estratégia vai no sentido da pedagogia e da informação. Temos participado em inúmeros debates e vamos chegar ao final desta campanha com mais de mil acções por todo o País, embora a maior parte delas não estejam a ser mediatizadas, mas onde, de facto, aparecem pessoas que querem ser informadas, que querem ser esclarecidas. É sobretudo aqui que cada socialista tem um papel insubstituível a desempenhar.

Como vai ser a campanha?

Na linha da informação e do esclarecimento. É obvio que nesta fase final, nestas duas semanas de campanha, se mistura a alegria e a emoção que são naturais a uma campanha eleitoral.

O empenhamento da direcção nacional do Partido está a reflectir-se nos militantes?

Está. Obviamente, nem todas respondem da mesma forma, que a direcção nacional do Partido desejava, mas direi que o importante neste momento é mobilizarmo-nos todos e apelar à militância dos inscritos e simpatizantes do Partido Socialista.

Esta é uma luta que nos deve envolver a todos, porque todos temos a obrigação de explicar, e se o conseguirmos fazer ao maior número de portugueses e sobre-

do convencer as pessoas a ir votar no próximo dia 8, e este é um apelo forte que fazemos, nós ganharemos este referendo da regionalização.

O referendo, tal como as eleições, ganham-se com os votos e não com as sondagens.

Quer inumerar algumas vantagens da regionalização?

Permite um melhor e maior desenvolvimento. Hoje o modelo centralista faz com que o desenvolvimento se faça apenas em determinadas zonas do País. Isso tem atraído as pessoas do interior para os grandes centros provocando o despovoamento do interior e criação de problemas de pressão demográfica nos grandes centros, em particular em Lisboa.

O desenvolvimento harmonioso, potenciado pelo facto de haver regiões, permite equilibrar o nosso país, evitar a desertificação do interior e fomentar mais oportunidades para o seu desenvolvimento, nomeadamente através da criação de empregos e da fixação de jovens.

Depois há outros problemas a nível regional que nem as Câmaras Municipais nem a simples associação de municípios podem resolver. São problemas de ordem regional para os quais só um poder intermédio tem capacidade para dar resposta visto o poder central estar muito distante. Um exemplo. Na minha região se houvesse regionalização o regadio da Cova da Beira já tinha sido implementado há mais tempo porque, havendo uma preocupação regional e alguém com legitimidade para a resolver ou reclamar, certamente já lhe teria sido dado resposta.

Compara a regionalização com a implementação do poder local?

São duas faces da mesma moeda. A criação de Câmaras Municipais e de Juntas de Freguesias a seguir ao 25 de Abril, quando muita gente achava que era um salto no escuro, veio transformar completamente este País. As regiões são o terceiro nível do poder local que falta implementar.

Quando se cria um terceiro nível de decisão não se cria mais burocracia. Aquilo que é decidido hoje no Terreiro do Paço, passa a ser decidido na região. Criar-se-ia mais burocracia se se duplicassem os serviços, mas neste caso substitui-se uma parcela que está no poder central por um terceiro nível do poder regional.

Mas voltando às vantagens...

Há outra vantagem que é o aproximar do poder às populações. E está hoje provado que quanto menor for a distância entre o centro de decisão e o de aplicação, melhor aplicado é o dinheiro. Aliás, as autarquias são o melhor exemplo disso. O actual poder local em Portugal é responsável pela aplicação de cerca de 8 a 10 por cento dos dinheiros e, no entanto, esse investimento

Continua na página seguinte

Continuação

contribui no dobro do contributo para o investimento público do País.

Por outro lado, as regiões passarão a ter voz. Isto é, se houver uma região com órgãos eleitos, com legitimidade, isso vai fazer com que haja alguém que se preocupe verdadeiramente com a região. Esta aproximação do poder às populações permite uma melhor decisão sobre os investimentos e uma responsabilização de quem detém o poder. Muitas das decisões que são tomadas no Terreiro do Paço podem ser decididas nessas regiões, isso poupa dinheiro, poupa despesa, podendo canalizar-se os funcionários públicos para outro tipo de actividades mais produtiva do que aquela que estão a fazer.

A questão da diminuição da burocracia é fundamental para quem vive no interior.

Para quem vive no interior e também no litoral. Hoje, as pessoas para tratarem de um

processo levam meses, pois têm que vir quase todos a Lisboa. Com a regionalização os papéis deixam de andar tanto de um lado para outro, muitos passam a ser decididos na respectiva região.

Apesar dessas vantagens a população parece continuar alheia do referendo. Se se verificar novamente uma abstenção superior a 50 por cento admite que se deve repensar a questão dos referendos? Completamente. Como é sabido tem sido a direita a insistir na realização dos referendos em Portugal. No referendo do aborto tivemos o resultado que todos conhecemos, se houver novamente menos de 50 por cento de votantes neste referendo, a primeira conclusão a tirar no dia 8, é que, de facto, o instituto do referendo tem que ser repensado em Portugal.

Se o Não ganhar a direita vai abrir uma crise política?

O Partido Socialista sempre teve a interpre-

tação e manteno-a, de que uma coisa é votar para as eleições legislativas, outra coisa é votar no referendo. Também já dissemos que respeitáramos a decisão dos portugueses. Acreditamos que o Sim vai ganhar mas, se por hipótese, o Não vencer a vida continuará como antes, portanto o Governo continuará a governar e a cumprir o seu mandato até ao fim.

Mas o clima criado pela coligação PSD/PP aponta noutra sentença...

Temos assistido nos últimos dias, à medida que as sondagens são conhecidas, que há uma inquietação por parte das cúpulas dirigentes do PSD e do PP, ao ponto do secretário-geral do PSD admitir chumbar o Orçamento de Estado para próximo ano, precipitando eleições legislativas antecipadas. Julho, sinceramente, que esta é uma reflexão que nós temos de deixar à consideração dos portugueses.

A demagogia da direita sobre a

regionalização é o princípio de uma grande campanha de desgaste do actual Governo?

Eu diria, o meio porque eles já começaram no Verão a fazer essa campanha de desgaste. Essa campanha visa tentar «fritar» o Governo em lume brando com o objectivo de o desgastar até às eleições. Mas compete-nos encontrar fórmulas através do exercício da governação e da acção política no Parlamento e na vida partidária para responder a esse cerco que a direita nos está a fazer.

O PS já pensa em eleições antecipadas?

Não. O Partido Socialista diz agora o que sempre disse: pretendemos que a legislatura seja cumprida até ao fim, e nesse caso ter as eleições em Setembro, Outubro do próximo ano. Nós queremos ser serenamente avaliados pelos portugueses no final desta legislatura e em consequência solicitar a renovação da sua confiança. ■

30 E 31 DE JANEIRO

Congresso Nacional do PS

DIREITA PRETENDE ABRIR CRISE POLÍTICA

A Comissão Política do PS aprovou segunda-feira a realização do próximo congresso nacional dos socialistas para os dias 30 e 31 de Janeiro. O presidente da Comissão Organizadora do Congresso será Fausto Correia. Na mesma reunião, foi também denunciada a estratégia do PSD e do PP no sentido de abrirem uma crise política a pretexto do referendo sobre a regionalização. Apesar de o partido desejar a estabilidade política, Jorge Coelho foi claro em advertir a oposição de que o PS não tem medo de disputar eleições antecipadas.



encontro nacional sobre regionalização e que foi promovido pela Juventude Socialista. Ao contrário das forças de direita, Jorge Coelho sublinhou que o PS «quer a estabilidade no País» e, por isso, pretende que as eleições legislativas se realizem em Outubro. Sobre esta matéria, no entanto, desafiou Marcelo Rebelo de Sousa a esclarecer aquilo que pensa, pois ele deve uma explicação ao País, já que tem de esclarecer se vai ou não viabilizar o Orçamento de Estado de 1999.

«A Marcelo Rebelo de Sousa os portugueses já se habituaram a ouvir uma coisa num dia e outra diferente no dia seguinte. O doutor Capucho costuma dizer praticamente sempre a mesma coisa. Não acredito que se alguém lhe pediu para dizer isso (admitir que o PSD não viabilizava o Orçamento) tenha sido outra pessoa que não Marcelo Rebelo de Sousa», desabafou o ministro da Administração Interna. Advertiu, ainda, que «se o PSD provocar uma crise irresponsável em Portugal contra a opinião dos portugueses, o PS não terá medo de eleições antecipadas».

PP e PSD atacam democracia

Já na sessão de encerramento da Con-

venção da Beira Litoral, sábado passado, no Luso, Jorge Coelho acusou o PSD e o PP de estarem a fazer uma campanha «contra o sistema democrático», tendo apenas como pretexto o combate à criação das regiões administrativas.

De acordo com o membro da Comissão Permanente dos socialistas e presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS, «não é uma campanha contra a regionalização aquilo que o PP e também o PSD estão a fazer. É uma campanha contra o sistema democrático e contra tudo aquilo que é o reforço dos poderes dos cidadãos», sublinhou, quando se referia aos cartazes que lançam suspeitas sobre a multiplicação da corrupção e dos tachos caso se concretize a instituição das regiões. «Então, e no caso dos actuais municípios, também é corrupção vezes 305», questionou-se Jorge Coelho, para depois concluir que os argumentos utilizados por Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas constituem «um insulto aos autarcas, mesmo aos do PSD e do PP». A este propósito, interrogou-se como os autarcas destes partidos conseguem aguentar os insultos provenientes dos líderes do PSD e do PP.

Mas o camarada Jorge Coelho recordou, igualmente, que antes de o PS chegar ao Governo, o PSD acenou o fantasma do fim das reformas, do aumento dos impostos e da degradação dos salários caso os socialistas vencessem as eleições de 1995. No entanto, esclareceu, «desde que o PS está no Governo, tem havido reformas mais justas. Nos dez anos de Governo do PSD, os impostos subiram quase sempre, enquanto que nos três anos de Governo do PS não aumentaram uma única vez», frisou.

Ainda quanto ao resultado do próximo referendo sobre regionalização, o mesmo dirigente socialista alertou que, se a abs-

tenção voltar a ultrapassar os 50 por cento, todos os democratas sairão derrotados da consulta nacional. «Se, no segundo referendo consecutivo, não se conseguisse mobilizar as pessoas para emitirem uma opinião, isso significaria uma derrota do sistema e uma derrota para todos, independentemente de serem a favor ou contra a regionalização», explicou.

Almeida Santos esclarece

Também o presidente da Assembleia da República entende que, de forma alguma, o Governo ficará desautorizado pelo povo caso o referendo sobre regionalização termine com uma vitória da corrente anti-regiões. Almeida Santos sustenta mesmo que, se fosse esse o entendimento, tal «representaria a conversão dos referendos em factor de instabilidade governativa. Semelhante entendimento não daria saúde ao próprio instituto do referendo».

Ainda a propósito desta questão, o presidente do PS recorda que o partido que apoia o Governo, «à entrada da revisão constitucional, tinha o direito de instituir em concreto as regiões (mediante deliberação maioritária da Assembleia da República) por simples lei ordinária». Ou seja, sem o voto dos deputados socialistas, «não teria sido possível a exigência do recurso a uma consulta popular directa».

Assim como o primeiro-ministro, também o presidente da Assembleia da República considera que o Parlamento, por maioria absoluta, pode aprovar a pendente lei da instituição em concreto das regiões administrativas, caso o referendo aponte para uma vitória do «Sim» e mesmo que a consulta não conte com uma participação superior a 50 por cento do total de recenseados em território nacional. Nesse caso, sublinha Almeida Santos, o resultado do referendo será meramente indicativo.

GUTERRES NÃO ACEITA «DESVIRTUAR» OE

O Governo não pretende, com o Orçamento Geral de Estado para 1999 (OE'99), agravar em termos fiscais as classes médias, englobando nestas os casais com cerca de 600 contos de rendimento. A garantia foi dada, no dia 22, pelo primeiro-ministro, António Guterres.

Falando numa entrevista à RTP-1 conduzida pela jornalista Judite de Sousa, António Guterres reiterou a ideia do Executivo já avançada pelo ministro das Finanças, Sousa Franco, segundo a qual a proposta de lei do Orçamento foi feita de forma a permitir a obtenção de compromissos com a oposição com vista à sua aprovação na especialidade.

Interrogado sobre o assunto, recusou a ideia de uma remodelação governamental antes das próximas eleições e também a antecipação destas para antes do Verão de 1999. Admitindo que «as dificuldades da acção governativa diminuiriam muito se o Governo tivesse uma maioria absoluta», António Guterres advertiu contudo que não vai «fazer exigências aos portugueses», mas apenas «pedir-lhes confiança».

Depois de evocar as prioridades do Executivo nesta legislatura, designadamente a educação, o primeiro-ministro disse que, se o PS vencer as próximas eleições, as prioridades para a próxima legislatura serão a saúde e a segurança social.

Questionado sobre o referendo da regionalização, Guterres reiterou a opinião de que, seja qual for a percentagem de votantes, o resultado da consulta pública directa deverá ser respeitado, visto não fazer sentido uma anulação a vontade manifestada por aqueles que se dispuserem a sair de casa e ir votar.

Apesar de reafirmar a sua posição favorável à regionalização, o chefe do Executivo socialista não deixou de assegurar que se o «Não» ganhar a vontade popular será ovvida e seguida, implicando que nos próximos



anos do processo não deva ser retomado. No entanto, se a abstenção for muito alta, o primeiro-ministro considera que «deverá ser repensado o estatuto do referendo em Portugal, pois tal poderá porventura significar que o País acha que são suficientes os mecanismos da democracia representativa». Independentemente do resultado do referendo, a realidade é que não deverá ter qualquer consequência para o mandato do Executivo, uma vez que «os referendos não servem para fazer ou desfazer governos», frisou Guterres, defendendo ainda que «se os partidos da oposição seguirem nesta via, vão cometer um gravíssimo erro». Ao recordar a abertura do Governo para alterações ao OE'99 na especialidade, o pri-

meiro-ministro deixou claro, contudo, que não aceitará modificações que façam «desvirtuar» e «liquidar» o Orçamento.

Respondendo à jornalista Judite de Sousa, António Guterres lembrou que já houve um partido, o PCP que apresentou propostas de alterações ao Orçamento de Estado, algumas das quais (como as que aumentam as deduções para os gastos sociais) na sua opinião deveriam ser consideradas.

A nível fiscal, alguns dos objectivos do Governo com este Orçamento são: passar as deduções ao rendimento para deduções ao pagamento, não sobrecarregar as classes médias e conseguir que a percentagem dos contribuintes mais penalizados não ultrapasse, sensivelmente, os 2 por cento.

Interrogado sobre a hipótese de o Presidente da República mediar negociações sobre a questão das finanças dos partidos, António Guterres considerou que, tendo em conta o sistema constitucional vigente no nosso país, «o Parlamento é o lugar certo para uma reflexão» aprofundada - inclusive com recurso ao exemplo de outros países europeus - sobre esta matéria.

Ainda sobre a regionalização e a forma agressiva como em determinados casos está a decorrer a campanha, o Guterres chegou a dizer que, «se as regiões fossem o que os líderes do PSD e PP dizem que elas são», ele seria «o primeiro a votar contra».

Sobre as receitas das regiões, que no modelo proposto resultam de transferências do Orçamento de Estado e, em pequena percentagem, de derramas lançadas pelas próprias regiões, o governante explicou que, se tal fosse necessário para cativar para o «Sim» os seus adversários, poderia inclusive abdicar das derramas.

Relativamente à já famosa, e muitas vezes empolada, rivalidade Lisboa/Porto, António Guterres lembrou que a grande vantagem da regionalização é «as rivalidades passaram a estar institucionalmente enquadradas».

Lembrando a recente aprovação de um diploma sobre o arranque do Metropolitano do Porto, Guterres adiantou que o seu Governo também aprovou o traçado definitivo da auto-estrada do Algarve e um despacho sobre a rede de estradas da Região Oeste. Sobre a questão da JAE, António Guterres lembrou as medidas anunciadas por si no próprio dia (12) em que chegou de Moçambique e os diplomas já aprovados sobre estas questões pelo Conselho de Ministros.

Quanto aos 2 por cento avançados para aumentos na Função Pública, o chefe do Executivo socialista recordou que se trata de um número para entrar nas negociações, salientando que a realização destas, tal como a nova política de concursos para dirigentes na Função Pública, é uma novidade para os hábitos portugueses.

ÁUSTRIA

Cimeira europeia

ESQUERDA DÁ PRIORIDADE AO EMPREGO

A esquerda socialista hoje dominante na Europa quer dar prioridade ao combate ao desemprego e reanimar a economia.

Os líderes socialistas da União Europeia (UE) presentes na cimeira informal dos Quinze realizada no passado fim-de-semana numa estância turística, no Sul da Áustria, lançaram ainda um apelo aos bancos centrais europeus para reduzirem as taxas de juro à escala internacional, de modo a evitar a recessão.

«Estamos convencidos que há condições



para uma redução significativa das taxas de juro à escala internacional», afirmou António Guterres, que voltou a brilhar neste encontro dos líderes europeus, ao defender uma ideia neo-keynesiana, que não põe em causa a política de rigor orçamental, de lançamento de um grande programa de investimento para permitir o desenvolvimento das redes transeuropeias de transportes e energia e telecomunicações, financiado através da emissão de obrigações europeias (Eurobonds).

«Tivemos um grande êxito na coordenação

das políticas económicas para a estabilidade. Com isso conseguimos o euro, conseguimos taxas de inflação muito baixas, mas importa agora garantir a contrapartida: o crescimento, o emprego e a melhoria do bem-estar à escala europeia», sublinhou António Guterres.

Presente na cimeira, na qualidade de convidado de honra por na altura ainda não ter tomado posse como chanceler da Alemanha, Gerhard Schroeder defendeu a necessidade de políticas à escala europeia para um combate comum do desemprego. **J. C. C. B.**

PELO SIM

António Brotas

NOTA SOBRE A REGIONALIZAÇÃO



Uma sondagem referida recentemente no «Independente» indicava que na região Lisboa-Setúbal a vantagem do Não sobre o Sim era de 10 a 15 por cento e que no resto do País era de 4 por cento. (Acréscimo que durante o Verão a percentagem do Não esteve sempre a aumentar).

Admitimos que esta sondagem está correcta. *Se for o caso, a vitória do sim é difícil, mas não impossível.* Para ela se poder concretizar é necessário, no entanto, tomar decisões estratégicas, organizativas e operacionais muito aceites a partir de agora.

Na região de Lisboa-Setúbal parece necessário um verdadeiro golpe de rins para inverter, ou, pelo menos, atenuar a vantagem do Não. Esta nota procura ser um contributo para isso.

Os órgãos e personalidades do PS nesta região têm-se essencialmente empenhado em esclarecer os militantes e em apelar para a sua participação *sem no entanto organizarem esta participação ou mesmo simplesmente indicarem aos militantes o que podem fazer.* O PS continua, assim, em larga medida, virado para dentro.

Entretanto, um impressionante grupo de jornalistas de primeiro plano e com fortes posições nos órgãos de Comunicação

Social, alguns do PS, têm-se empenhado, *quase sem serem rebatidos*, em combater a regionalização.

É a palavra destes jornalistas (*que actuam como uma corporação habituada a ser «quarto poder» ao nível do Estado centralizado*) e não os discursos de António Guterres, nem os estudos sobre a regionalização, nem as brochuras do PS, que chegam maciçamente ao grande público.

Parece-me ser esta a razão explicativa da subida do Não.

O mapa proposto tem, certamente, efeitos muito negativos noutras regiões do País, mas não na região de Lisboa-Setúbal. Nesta região, no entanto, é particularmente difícil explicar a regionalização pois muita gente considera que o «*poder está em Lisboa*» e em Lisboa continuará, não vindo a diferença

Com actuar nesta região?

Penso que se não deve perder tempo nem desperdiçar oportunidades. Vou referir só algumas:

Está previsto um encontro dos movimentos pelo Sim em Lisboa, creio que no próximo dia 21. *Penso que as secções de Lisboa e zonas vizinhas devem desde já ser mobilizadas para participar neste encontro e noutro que certamente se realizará no fi-*

nal da campanha.

Os movimentos pelo Sim propõem-se fazer uma volta em caravana por todo o País. Enquanto esta volta decorre penso que na região de Lisboa e Setúbal que *devem ser organizadas duas caravanas que dêem a volta, uma a todos os concelhos da margem Norte e outra a todos os concelhos da margem Sul.*

Há que prever e organizar, em colaboração com outros partidos e movimentos partidários do Sim, *sessões de esclarecimento em todos os grandes centros da região.* O PS deve procurar utilizar nestes encontros os seus elementos, ou simples apoiantes, mas com a melhor capacidade de intervenção.

Devem também ser promovidos encontros/debate com partidários do Não. *Nestes encontros devem participar elementos com muita boa capacidade de argumentação, não sendo de excluir encontros de preparação prévia e encontros posteriores para análise do que se disse.*

Há que fazer um imenso uso da Imprensa regional e das rádios locais. Há que pedir aos militantes que tenham contactos com estes órgãos, para estabelecer contacto com um centro de divulgação de notícias e informações organizado para o efeito.

Têm surgido na Imprensa artigos particu-

larmente bem feitos e notícias importantes em favor do Sim (exemplo: as declarações do antigo ministro Miguel Cadilhe, no «Público» ou no «Diário de Notícias»). O atrás referido centro deve fotocopiá-las e divulgá-las procurando, inclusive, fazê-las reproduzir ou pelo menos citar noutros jornais.

Há, também, argumentos e notícias em favor do Não que, de imediato, devem ser rebatidos. O referido centro deve estar atento a isso e procurar pessoas para o fazer. Como membros da Comissão Política Concelhia de Lisboa propus uma reunião urgente deste órgão para criar uma «task force» para tratar destas e de outras coisas ao nível do concelho de Lisboa. Espero que esta reunião se efective em breve. Penso ser conveniente que outras concelhias criem algo de semelhante podendo, depois, as várias «task force» estabelecer pontos e coordenar acções umas com as outras.

Se, além disto, a FAUL e as Federações de Setúbal e Oeste conseguirem ampliar o trabalho das concelhias e acrescentar-lhe outras iniciativas será óptimo, e teremos, então, possibilidades de ganhar o referendo nesta região.

Nota sobre a regionalização lida no encontro de autarcas do PS realizado no dia 10 de Outubro, na Costa de Caparica.

PELO SIM

Amílcar Augusto

COMO VAI A REGIONALIZAÇÃO



Ardilosamente as malhas da teia do NÃO à Regionalização vão se espalhando captando os cépticos incautos. Todos os argumentos servem, mesmo aqueles que facilmente são desmontáveis e de elevado risco para quem os usa. O que é necessário é aproveitar o efeito mediático imediato, há sempre algum incauto que vai cair no isco e tornar-se adepto do NÃO, mesmo que os argumentos usados sejam comprovadamente falsos.

A dignidade e a ética parecem ser valores ultrapassados. As pessoas são livres de mudar de opinião mas não o devem fazer ao sabor da conjuntura, como o têm vindo a fazer alguns adeptos do NÃO.

Somos só nós os portugueses, ou será uma característica comum da humanidade, acreditar mais no mal do que no bem? Por que é que só se vê o mal, mesmo que este tenha sido desmentido? Uma vez a teia urdida restará sempre a dúvida no espírito daqueles que vivem insatisfeitos com a vida e consigo próprios. E esses encarregam-se de estender mais a malha da teia do mal. Ainda há bem pouco tempo, numa tesouraria de serviços municipalizados, ouvi críticas sobre os valores das taxas de esgoto que eram considerados demasiado elevados e aproveitando esse descontentamento comentava-se: E agora ainda nos vêm com a Regionalização para pagarmos mais taxas

e sustentarmos mais uns quantos às nossas custas.

Façamos então uma análise do que se está a passar com a campanha do NÃO. O despesismo pegou. A tributação vezes oito, não estará a passar, mas o receio de pagar mais contribuição autárquica e outras deramas sim. A divisão do País em oito pegos. E a descentralização já é bandeira do SIM e do NÃO.

A tarefa do convencimento dos cépticos a votarem neste referendo vai ser árdua e desde o início da decisão de referendar esta reforma estrutural, ela corre o risco de vir a ter o insucesso que teve o da despenalização do aborto, ou talvez ainda pior.

Se tal vier a acontecer isso representará o aumento do descrédito da classe política. Significa que o povo está a desacreditar nos seus representantes e a democracia sofrerá com a apatia dos portugueses.

Este estado de coisas recomenda cuidados por parte da classe política na condução das suas campanhas. Não tentem confundir o eleitorado com argumentos falsos e atitudes arrogantes. E aqui a maior recomendação vai para os adeptos do NÃO visto que todos os argumentos lhes servem para destruir.

Centralizadores como são arvoraram-se em defensores da descentralização, porém os seus actos e atitudes autoritárias revelam

bem as suas intenções centralizadoras. Senão, porque é que são contra a criação duma gestão administrativa intermédia? Não saberão porventura, ou não lhes interessará saber, que uma gestão eficaz exige o acompanhamento de apenas um número limitado de variáveis? Essa é quanto a mim a razão fundamental da necessidade de descentralizar. A atenção do gestor não se pode dispersar sobre assuntos não essenciais à boa condução da sua organização. Não vale a pena planear sem que existam mecanismos de controlo e a criação da gestão intermédia faz parte desses mecanismos.

De há uns tempos a esta parte têm vindo a lume, com larga difusão mediática, notícias de irregularidades processuais na administração pública que desgastam a imagem do País e dos seus governantes. Estes acontecimentos têm vindo a suceder com uma frequência notável envolvendo os governantes e dispersando-os dos seus interesses sobre as reformas estruturais, nomeadamente a da Regionalização. Talvez que tudo isto faça parte de uma estratégia bem montada para minar os alicerces que o PS tem vindo a reforçar. Estratégia que poderá estar a produzir os efeitos delineados para quem a está a montar, porém, para além de denegrir a imagem do país e dos portugueses, está a prejudicar o bom andamento da implementação das reformas estruturais, da

modernização do País e, conseqüentemente, da melhoria do nível de vida dos portugueses.

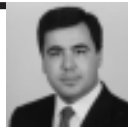
Se existisse uma gestão intermédia, tal teria mais dificuldade em suceder, haveria um melhor controlo da execução orçamental e das actividades, não caindo tudo sob a responsabilidade do poder central. Note-se que se está a falar em controlo de gestão e não em fiscalização e auditorias. Começemos pelo princípio, a tempo de corrigir antes do facto consumado.

Fica pois aqui um apelo aos responsáveis pela campanha do SIM. Demonstrem inequivocamente que não vai haver aumento da despesa pública, comparando as organizações, a actual com a regional, os números dos seus efectivos e as respectivas massas salariais em jogo. Demonstrem que as contribuições autárquicas não vão ser aumentadas, publicando a legislação existente sobre a matéria e divulgando a que está a ser preparada. Divulguem as competências delegadas de forma explícita e inequívoca, não basta dizer que são sobre planeamento, ordenamento e gestão corrente.

Façam isto rapidamente e de forma pedagógica convencendo o povo português que a Regionalização é uma reforma administrativa essencial à modernização do País e à sua inserção nos mercados globais emergentes do próximo século.

PELO SIM

José Conde Rodrigues



O QUE É E PARA QUE SERVE A REGIONALIZAÇÃO

1. A Regionalização visa a criação de Regiões Administrativas, com a natureza de autarquias de grau supramunicipal, no respeito pela autonomia dos municípios, dotadas de órgãos democraticamente eleitos e com atribuições no desenvolvimento económico, planeamento, ordenamento do território.

A Regionalização deve, pois, ser compreendida, quer do ponto de vista do alargamento do espaço público da democracia, com relevo para o reforço da participação dos cidadãos e das populações, quer no quadro de uma estratégia geral de desenvolvimento do país.

2. A criação das Regiões Administrativas justifica-se por sermos o país mais centralista da Europa. O modelo de administração ainda existente obedece às velhas concepções centralizadoras, mais típicas das soluções autoritárias do governo do que uma concepção moderna de democracia assente na iniciativa e na participação dos cidadãos na vida pública. De facto, o nosso actual modelo administrativo, fortemente centralista, constitui um entrave ao desenvolvimento das diversas regiões do país. Como consequência, temos hoje um país com desigualdades visíveis

no nível do rendimento das várias regiões, com maiores e mais graves problemas de empobrecimento e desertificação em zonas do interior e sobreconcentração no litoral. Dito de outro modo, o modelo actual tem conduzido ao agravamento das diferenças entre os portugueses e acentuou as assimetrias entre o Norte e o Sul, entre o Litoral e o Interior.

3. A instituição das regiões administrativas, além de configurar um imperativo constitucional, é uma reforma indispensável à modernização do Estado e da Administração de encontro àquilo que foi previsto nos sucessivos programas de Governo e que ninguém teve a coragem de cumprir. É fundamental que as regiões mais empobrecidas do país tenham quem as represente, tenham voz e poder de decisão em relação aos aspectos relevantes do seu próprio desenvolvimento e capacidade para mobilizar os recursos próprios para esse desenvolvimento.

4. Assim, no Referendo do próximo dia 8 de Novembro, ninguém deve ficar em casa. Todos devem participar, ajudando a desenvolver e modernizar o nosso país. Ficar em casa, não votar no referendo, é deixar que os outros decidam por nós, é não mostrar interesse na pátria que nos ajudou a criar.

Mas no Referendo existirão duas perguntas. A primeira pergunta, pede que se diga sim ou não ao modelo das oito regiões com as competências que a Assembleia da República aprovou e com as quais a esmagadora maioria das Assembleias Municipais do país já concordou. A segunda pede uma resposta favorável à Região em concreto onde nos situamos como eleitores.

5. Acontece, porém, que sobre a regionalização tem existido muita mentira, cabendo aos partidários do não o papel de assustar os portugueses com fantasmas, como o despesismo, a divisão do país, a fragilidade do Estado, a nova classe política, etc. Estes argumentos contra a regionalização não passam de fantasmas de quem já foi a favor (caso do PSD e CDS) e agora, por razões de mera tática, oportunista, vêm dizer que são contra.

6. Com efeito, basta olhar para o que se passa por essa Europa fora para compreender que países mais pequenos e homogêneos que o nosso, mais desenvolvidos, como a Áustria, Dinamarca, Holanda, têm processos de regionalização com Regiões Administrativas, com competências maiores ou menores em função das suas próprias circunstâncias, e todos eles conse-

guíram um razoável grau de homogeneidade nos seus níveis de desenvolvimento e bem-estar das suas populações.

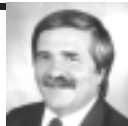
Curiosamente, os países que sempre recusaram a Regionalização são os países mais pobres da Europa como é o caso da Grécia e de Portugal.

7. Recorde-se, entretanto que, com a regionalização, será extintos os 18 Governos Cívicos, incluindo o conjunto de pessoal afecto aos seus gabinetes.

Quanto ao recorte geográfico das regiões, a divisão limitou-se a acompanhar as diversidades de natureza regional há muito identificadas por todos os estudiosos da realidade do país. O Referendo encarregar-se-á de demonstrar que essa divisão vai resultar da vontade livremente expressa pelos eleitores. Será discutível? Sem dúvida! Mas importa ter coragem de dar o primeiro passo. Em suma, com a Regionalização conseguir-se-á o desenvolvimento equilibrado de todo o território, sem excepções, levando à intensificação da coesão nacional. A regionalização irá, sem sombra de dúvidas, aumentar positivamente essa coesão, ao dar a voz a todos e acabar com a actual falsa Regionalização entre o Porto e Lisboa.

PELO SIM

Joel Hasse Ferreira



REGIÕES: PARA MELHORAR A EFICÁCIA DO ESTADO

Convirá esclarecer determinados aspectos em torno do processo de regionalização: as questões dos protagonismos regionais no quadro nacional e da União Europeia, a mobilização das capacidades endógenas regionais, a transferência de recursos entre regiões com diferentes níveis económicos no quadro nacional e da União, a momentosa questão dos custos e o problema dos limites das regiões. Como pano de fundo, a necessidade de reformar a Administração Pública, num quadro de modernização do aparelho do Estado português.

É claro que a criação de regiões fará emergir uma capacidade de negociar apoios no quadro da União Europeia, de uma forma que apoiará e complementará o papel do Governo português nesse processo. Não se trata pois de um automatismo, mas sim de um processo político que multiplicará a capacidade de intervenção portuguesa nas

instâncias europeias.

Mas a criação de regiões propiciará ainda uma maior mobilização das capacidades endógenas regionais e clarificará os mecanismos das transferências de fundos para as regiões.

A questão do Estado, da Administração Pública e dos seus papéis na transformação da sociedade é uma questão central na Europa e no mundo, na mudança de milénio. Mas o problema actual, em debate, é até que ponto e de que forma a instituição em concreto das regiões contribui para uma acção mais eficaz neste domínio. Porque? Porque cria ao nível intermédio entre o Estado e as autarquias locais uma nova plataforma democrática num nível a que a Administração descentralizada não tem uma responsabilização democrática mas responde perante o Estado central e não está devidamente articulada com o poder local.

O aparelho de Estado português, apesar

de alguns esforços de modernização, necessita de reformulações importantes e reestruturações que aproximem a Administração da base, dos cidadãos eleitores e contribuintes.

É na lógica portanto de uma melhor e mais eficaz intervenção do Estado que se pretendem criar as regiões. Porque julgam os socialistas democráticos organizados em Partido que essa instituição das regiões é indispensável na actual fase da vida política, económica e social portuguesa.

A questão dos custos tão distorcida por Cavaco Silva e aceite acriticamente por Paulo Portas baseia-se em contas mal feitas nas costas de um envelope. Com esta chalaça, quis o Prof. Anibal explicar que não tinha feito contas com seriedade, o que transforma a sua abordagem da questão dos custos da regionalização numa piada de mau gosto.

Por outro lado, a tão grande discussão sobre os limites das regiões esquece frequen-

temente que esses limites corresponderam à fusão dos dois únicos projectos apresentados no Parlamento e tiveram em conta os pareceres das Assembleias Municipais que se pronunciaram sobre essa questão. E são esses limites, aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, que estão no mapa proposto.

A terminar. Será certamente mais fácil, transparente e lógico organizar o reequilíbrio de investimentos entre as várias regiões, potenciando as que têm maiores fragilidades económicas, num quadro claro com as características do mapa proposto, do que na actual situação com regiões de heterogeneidade elevada.

Ou seja, em todo este quadro proposto, é o papel do Estado, devidamente descentralizado e democraticamente aprofundado, que é reforçado nas suas vertentes de eficácia económica, proximidade às populações e solidariedade social.

In «Expresso»

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA – O secretário de Estado da Administração Educativa, Oliveira Martins, presidiu, no dia 23, à inauguração da Escola Secundária de Vagos.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA – O secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Armando Vara, presidiu, no dia 24, em Espinho, às comemorações do 103º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários. Por seu turno, o secretário de Estado da Administração Interna, Luís Parreirão, deslocou-se, no dia 23, ao anfiteatro do Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro para presidir à cerimónia de assinatura e entrega de protocolos relativos ao Programa de Informatização das Juntas de Freguesia, no âmbito do Recenseamento Eleitoral.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL – O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto Carvalho, esteve, no passado dia 23, no distrito de Santarém, onde presidiu à celebração de contratos-programa Prosiurb (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional de Apoio à Execução dos PDM) com os municípios de Tomar e Constância, Vila Nova da Barquinha e Almeirim, bem como à formalização de 24 protocolos com 18 instituições privadas de interesse público do distrito.

AMBIENTE – O secretário de Estado do Ambiente, José Guerreiro, deslocou-se, recentemente, a Seia, para participar num encontro onde também estiveram presentes deputados do Grupo Parlamentar Socialista, bem como os cinco presidentes das câmaras do distrito, os vereadores, a Federação Distrital e as Comissões Políticas Concelhias. Na reunião foram debatidas questões ligadas ao desenvolvimento das zonas de montanha integradas em áreas protegidas e aos problemas do Parque Natural da Serra da Estrela. No encontro - um evento classificado pelo deputado Vitor Moura como «muito proveitoso» -, falou-se também das acessibilidades da zona, nomeadamente, dos pontos mais sensíveis do maço central da Serra. A aceitação da cultura de diálogo que vem sendo implementada pelo Governo foi outro dos temas destacados nesta reunião.

AVEIRO – O governador civil de Aveiro, Antero Gaspar, presidiu, no dia 26, em Ílhavo, ao acto de assinatura e entrega de três viaturas à GNR daquele concelho, destinadas ao patrulhamento das escolas existentes na zona. No dia 24, Antero Gaspar participou no acto inaugural do Campo de Futebol da Quinta do Agrio, em São João de Loure, Albergaria-a-Velha. Ainda no passado sábado, o governador civil deslocou-se à freguesia de Nogueira da Regedoura, no concelho, onde presidiu à inauguração do Polo Desportivo do Relâmpago União Futebol Clube Nogueirense.

COMUNICAÇÃO SOCIAL – O «Diário de Notícias» do Funchal dá «mostras de ser um projecto vencedor», disse, no dia 22, o

secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, após a visita a este matutino, o de maior tiragem na região, e à Rádio DN/TSF.

«Acho que a Imprensa portuguesa tem muito a ganhar em seguir o exemplo destes dois órgãos de Comunicação Social», afirmou.

Arons de Carvalho salientou, ao referir-se à Imprensa regional, que esta só poderá triunfar «se for competitiva, profissional e assentar na qualidade e numa relação de fidelidade com os leitores e com os ouvintes, no caso da rádio».

O secretário de Estado da Comunicação Social admitiu ainda não conhecer muitos «jornais regionais do continente que tenham a dimensão em termos de número de jornalistas e modernidade em equipamentos que tem, por exemplo, o «Diário de Notícias» do Funchal».

O governante visitou também o Posto Emisor do Funchal.

CULTURA – O novo museu permanente a instalar no Centro Cultural de Belém (CCB) será dedicado ao *Design* e conterá, numa primeira fase, a colecção de Francisco Capelo.

A revelação foi feita aos jornalistas, no dia 23, por Manuel Maria Carrilho, no final da sessão de assinatura de um protocolo entre os ministérios da Cultura e da Administração Interna, visando o alargamento do museu do Chiado, em Lisboa, mediante a cedência de espaços pela PS.

De acordo com o ministro da Cultura, o projecto de instalação de um museu permanente no CCB acolherá numa primeira fase as peças de Francisco Capelo.

Contudo, não é de excluir que o museu alargue o seu âmbito numa fase posterior, dotando assim o CCB de um pólo museológico permanente que aproveite o «imenso espaço» existente no edifício.

Para acolher o museu serão realizadas obras de adaptação numa das actuais galerias do CCB, até agora dedicadas apenas às exposições de carácter temporário.

DESPORTO – O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, apresentou, no dia 26, em Lisboa, o livro «Desporto e Cooperação». Este trabalho faz o ponto da situação dos projectos de cooperação em que está envolvido o desporto português e avança, igualmente, a legislação e os acordos relativos às acções bilaterais e multilaterais que têm sido desenvolvidas.

O livro inclui, ainda, os textos de declarações, convenções e códigos subscritos por Portugal, no âmbito da CPLP, do Conselho Ibero-Americano do Desporto e do Conselho da Europa.

EQUIPAMENTO – O ministro do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território, João Cravinho, encerrou, no dia 23, em Lisboa, o I Encontro de Dirigentes das Inspeções-Gerais do Território dos PALOP e de Portugal, subordinado ao tema «As Autarquias Locais e as Inspeções-Gerais do Território: Organização e Funcionamento».

FARO – O governador civil de Faro, Joaquim Anastácio, participou, no dia 27, na sessão de abertura do seminário

«Modelização do Ecosistema de Lagoas Costeiras para uma Gestão Racional», promovido pela Unidade de Ciências e Tecnologias dos Recursos Aquáticos da Universidade do Algarve, em Faro.

INSERÇÃO SOCIAL – O secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, visitou, no dia 22, a Aveiro e Águeda, onde presidiu à sessão de abertura do «Forum'98 – Uma Sociedade Aberta e Inclusiva para os Cidadãos com Deficiên-

cia», no Centro Cultural.

SAÚDE – A ministra da Saúde, Maria de Belém, assinou, no dia 26, em Lisboa, um protocolo de colaboração com a Comissão Nacional da Pastoral da Saúde.

O protocolo tem como objectivo prioritário o estabelecimento da cooperação entre as duas instituições referidas, no âmbito do apoio destinados às acções no sector da saúde que potenciem uma maior humanização dos cuidados.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 22 de Outubro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que fixa as bases da concessão da exploração, em regime de serviço público e de exclusivo, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto;
- Um conjunto de diplomas no âmbito das medidas de combate à corrupção;
- Uma proposta de lei sobre protecção de testemunhas;
- Uma proposta de lei que altera a lei n.º 36/94, de 29 de Setembro, que aprova medidas de combate à corrupção e criminalidade económica e financeira;
- Um decreto-lei que aprova o novo regime jurídico das empreitadas de obras públicas;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Instituto do Mercado de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI), por transformação do Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares (CMOPP), dotando o IMOPPI de autonomia administrativa e financeira;
- Um decreto-lei que aprova o regime de acesso e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas e industrial da construção civil;
- Uma proposta de lei que altera a Lei Eleitoral para a Assembleia da República;
- Um decreto-lei que adopta medidas de emergência relativas à Encefalopatia Espongiforme dos Bovinos (EEB) proibindo a utilização na alimentação animal de proteínas e gorduras obtidas a partir de tecidos de mamíferos e determinando a destruição das respectivas existências, constatadas à data da entrada em vigor do diploma;
- Um decreto-lei que altera o Código do IRS e o Código do IRC;
- Um decreto-lei que reconhece o interesse público, a título excepcional e com carácter provisório, a um conjunto de estabelecimentos de ensino superior particular que iniciaram o seu funcionamento sem reconhecimento antes do ano lectivo de 1995-1996;
- Um decreto-lei que regulamenta e desenvolve o regime jurídico da identificação criminal e de contumazes;
- Um decreto-lei que aprova os Estatutos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
- Um decreto-lei que altera os diplomas que estabelecem, as prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de equipamentos de protecção individual, de instrumentos de pesagem de funcionamento não automático, de aparelhos a gás, de material eléctrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão e de materiais de construção;
- Um decreto-lei que altera o diploma que criou o Sistema de Incentivos à Melhoria do Impacte Ambiental dos Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias (SIMIAT);
- Uma resolução que altera a resolução do Conselho de Ministros que aprovou as normas de execução do Sistema de Incentivos à Melhoria do Impacte Ambiental dos Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias (SIMIAT);
- Um decreto-lei que actualiza o novo regime fitossanitário, que cria e define as medidas de protecção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário, incluindo nas zonas protegidas, de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais, qualquer que seja a sua origem ou proveniência;
- Um decreto-lei que altera o artigo 7º do decreto-lei n.º 111/98, de 24 de Abril, que revaloriza a carreira de guarda florestal da Direcção-Geral das Florestas;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei n.º 161/93, de 6 de Maio, que aprova os Estatutos da Região do Turismo do Algarve;
- Um decreto regulamentar que altera o decreto regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, que estabelece o regime das reintegrações e amortizações;
- Um decreto que desafecta do regime florestal parcial de uma área de 8 320 metros quadrados de terreno baldio situado no lugar de Bemposta, freguesia de Reboreda, e integrada no perímetro florestal de Vieira e Monte Crasto;
- Um decreto que aprova o acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República do Uruguai sobre cooperação no domínio do turismo;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção sobre a luta contra a corrupção de agentes públicos estrangeiros nas transações comerciais internacionais, adoptada em Paris, na Conferência Ministerial da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE);
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado;
- Uma resolução que habilita Portugal a participar na segunda reconstituição de recursos da Global Environment Facility.

DESTAQUE - CM

Obras públicas

APROVADO NOVO REGIME DE EMPREITADAS

A redução do regime jurídico das empreitadas de obras públicas aprovada, no dia 22, pelo Executivo socialista altera o sistema de sobrecustos, subempreitadas e garantias dos contratos.

O novo regime introduz um sistema de controlo de custos aplicável a quaisquer alterações ao projecto inicial do contrato, nomeadamente aos trabalhos a mais.

Até agora era possível realizar após adjudicação de uma obra, sem novo concurso público, mais 50 por cento do valor adjudicado em sobrecustos (que eram regulados directamente entre o dono da obra e os empreiteiros) mas todo este regime foi modificado pelo diploma aprovado, explicou o ministro do Equipamento, João Cravinho.

Assim, se os sobrecustos excederem 25 por cento (metade do valor até agora em vigor) terá de haver nova forma de adjudicação. «Em segundo lugar, nestes sobrecustos de 25 por cento terão de ser considerados os decorrentes de incumprimento da própria lei, seja qual for a sua natureza», explicou.

Além disso, a partir de 15 por cento de sobrecustos só poderá haver autorização de pagamento se for fornecida à autoridade responsável pela despesa uma informação feita por uma entidade externa justificando os sobrecustos, disse ainda. «Poderá haver dispensa desta auditoria externa se a obra adjudicada tiver um valor inferior a 500 mil contos», referiu.

A nova lei explícita, ainda, a possibilidade



de o concorrente apresentar propostas com preço firme, renunciando assim à revisão de preços, e introduz alterações no regime de garantia dos contratos.

Interditada ainda a possibilidade de subempreitar trabalhos ou partes da obra de valor superior a 75 por cento do valor desta, «combatendo-se assim nomeadamente a subempreitada com recurso a tra-

balho clandestino e facultando-se um regime muito mais claro de cumprimento das atribuições de segurança, nomeadamente».

«O novo diploma consagra também normas reguladoras específicas para o contrato de concessão de obras públicas, de acordo com os imperativos comunitários, e inclui uma disposição sobre higiene de

saúde e segurança do trabalho que obriga simultaneamente o dono da obra e o empreiteiro, ao contrário da situação actualmente existente», referiu ainda o ministro.

Construção civil terá Instituto Regulador

Entretanto, o Governo prepara-se para criar o Instituto Regulador da Actividade da Construção (IRAC), organismo ao qual caberá a emissão das licenças para as empresas de construção civil, agora a cargo da Comissão de Alvarás.

A proposta de criação do novo instituto e a legislação pela qual se regerá foram discutidas na passada segunda-feira, em Conselho de Secretários de Estado, com o secretário de Estado das Obras Públicas, Maranhã das Neves, a garantir que as mudanças visam «uma melhoria na actividade da construção, nomeadamente no sector da edificação».

A revelação desta alteração foi feita por Maranhã das Neves, no dia 22, em Óbidos, durante as Jornadas de Redes Europeias das Profissões do Património, com o governante a deixar claro que, na área da reabilitação, com a nova legislação, «só quem estiver habilitado para fazer o trabalho é que poderá fazê-lo».

Uma aposta na qualidade no sector da reabilitação do património construído, que passará pelo apetrechamento das empresas com meios técnicos e humanos apropriados para as áreas de intervenção a que essas empresas concorram.

DESTAQUE - CM

Metropolitano

PORTO: REFERÊNCIA DO NORDESTE PENINSULAR

O metropolitano do Porto é uma parte importante das «ambições que o Governo tem para criar ali uma metrópole capaz de ser o pólo de referência do Nordeste da Península», disse, no dia 22, o ministro do Equipamento, do Planeamento e Administração do território, da João Cravinho no final do Conselho de Ministros.

O governante falava a propósito da aprovação, na generalidade, do diploma que fixa as bases da concessão da exploração do metro do Porto.

João Cravinho explicou que depois de o Conselho de Ministros ter aprovado, sexta-feira, o decreto-lei, o mesmo vai ser agora submetido a parecer da Associação Nacional de Municípios e das comissões de Trabalhadores da CP e da Refer (Rede Ferroviária Nacional).

Só depois de obtidos estes pareceres o diploma, que inclui em anexo as bases da con-



cessão, o acordo parassocial e os estatutos do Metro do Porto, SA, será objecto de aprovação final pelo Conselho de Ministros.

Aquela que é porventura a obra de maior relevo que se fará em Portugal nos próximos anos «pode classificar-se entre as obras de maior projecção na Europa no campo dos transportes que têm estado em concurso», disse ainda o ministro do Equipamento.

DESTAQUE - CM

Eleições parlamentares

PRAZOS ALTERADOS

O Conselho de Ministros aprovou, na passada quinta-feira, dia 22, uma proposta de lei que altera a Lei Eleitoral para a Assembleia da República.

Este diploma, a submeter à ratificação parlamentar, visa proceder às modificações necessárias, em sede de lei ordinária, decorrentes da nova redacção do artigo 113º, n.º 6, da Constituição da República Portuguesa após a IV Revisão Constitucional (LC n.º 1/97, de 20 de Setembro).

Por força do disposto nesse preceito constitucional, o novo prazo para a marcação de eleições dos deputados à Assembleia da República pelo Presidente da República é de 60 dias.

A alteração deste prazo implica a modificação de outros prazos com ele conexos. Assim, alteram-se os prazos para a publicação, em «Diário da República», do mapa com o número e distribuição dos deputados pelos círculos, o prazo para apresentação de candidaturas, o prazo para a ve-

rificação da regularidade do processo de apresentação de candidaturas, o prazo para suprimimento de irregularidades, o prazo para a substituição de candidatos ou para preenchimento integral das listas no caso de rejeição de candidaturas, e o prazo para o sorteio das listas apresentadas para efeito de lhes atribuir uma ordem nos boletins de voto.

Por seu turno, serão ainda modificados os prazos de recurso para o Tribunal Constitucional relativamente à apresentação de candidaturas, para a publicação das listas definitivamente admitidas, para a designação dos delegados das listas e o prazo para a designação dos membros da mesa das assembleias ou secções de voto.

As novidades introduzidas originam uma substancial redução do processo eleitoral porque é manifestamente mais curto (menos 20 dias) o período de tempo que medeia entre a marcação da data das eleições e a sua realização.

TOXICODPENDÊNCIA

Governo anuncia pacote de medidas

SAÚDE, CULTURA E VIDA

O Governo vai aprovar brevemente, em Conselho de Ministros, um diploma que estrutura os apoios do Estado aos toxicodpendentes, anunciou, na passada sexta-feira, o ministro da tutela, José Sócrates. Falando em Moselos, na inauguração da Casa Grande, a primeira comunidade terapêutica para toxicodpendentes do distrito de Aveiro, Sócrates acrescentou que «o objectivo é criar em Portugal uma rede de tratamento que permita o acesso a todos os que se queiram tratar».

Assim, até final do ano está previsto o aumento da oferta, designadamente através do alargamento do número de camas convenionadas.

«O nosso investimento não será mais no betão armado, uma vez que já existem estruturas físicas suficientes, mas sim no apoio às famílias que necessitem da nossa ajuda para ter acesso ao tratamento», sublinhou.

Segundo o ministro, esse apoio poderá chegar aos 80 por cento do custo do tratamento, tendo o doente liberdade para escolher o método e a instituição que preferir.



«Vamos também alargar o regime de conções e de apoio a várias valências, não apenas ao internamento em comunidades terapêuticas, mas também às clínicas de desabilitação, equipas de intervenção e de rua, entre outras», sublinhou. José Sócrates anunciou também o lança-

mento de um programa de reinserção profissional dos toxicodpendentes, através da criação de agências em cada uma das regiões, destinadas exclusivamente à criação de emprego para os toxicodpendentes recuperados.

«É preciso criar um esquema para que os

ex-toxicodpendentes possam encontrar emprego com facilidade», disse, salientando a necessidade de atrair as empresas para «este espaço de luta contra a toxicodpendência».

De acordo com o ministro, «as empresas dispõem já dos apoios para programas de desemprego clássico, mas vão ter também uma pequena «discriminação positiva», ainda em discussão, mas que deverá incidir na taxa social.

Este programa será dirigido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional em colaboração com o Projecto Vida.

A Comunidade Terapêutica Casa Grande de Vergada, Moselos, um projecto da Associação de Desenvolvimento Social «Pelo Prazer de Viver-Saúde, Cultura e Vida», é uma unidade residencial de estada prolongada com capacidade para 20 toxicodpendentes.

O internamento tem a duração de um ano, subdividido em quatro fases, e integra práticas terapêuticas, como a psicoterapia, socioterapia e trabalho em grupo.

O objectivo é devolver o indivíduo ao meio, mediante a sua inserção familiar, laboral, social e cultural.

DESTAQUE - CM

Pecuária

VACAS LOUCAS: ELIMINAR TODA A SUSPEITA

A prevenção extremada face à «epidemia» da doença das «vacas locas» foi alvo de uma decisão governamental, durante a última reunião de Conselho de Ministros.

Assim, o Executivo aprovou, no dia 22, o decreto-lei que adopta medidas de emergência relativas à Encefalopatia Espongiforme dos Bovinos (EEB) proibindo a utilização na alimentação animal de proteínas e gorduras obtidas a partir de tecidos de mamíferos e determinando a destruição das respectivas existências, constatadas à data da entrada em vigor do diploma.

Este decreto-lei vem proibir - a exemplo do que já fora decretado relativamente à alimentação para ruminantes - a utilização na alimentação de todos os outros animais, sob qualquer forma, de farinhas de carne, farinhas de ossos, farinhas de carne e ossos, farinhas de sangue e gorduras de mamíferos.

As matérias-primas referidas - farinhas de carne, farinhas de ossos, farinhas de carne e ossos, farinhas de sangue e todo e qualquer tipo de gorduras obtidas a partir de tecidos de mamíferos, seja qual for a sua origem ou proveniência - passam a ser consideradas resíduos, determinando-se a selagem e destruição total das existências daquelas farinhas, das gorduras de mamíferos, bem como dos alimentos compostos que as incorporem, constatadas à data



da entrada em vigor do diploma, quer em instalações de transformação, quer em armazém.

Estas medidas de proibição total visam eliminar qualquer suspeita de contaminação cruzada da alimentação de ruminantes a partir de alimentos compostos destinados a outras espécies que incorporavam legalmente os produtos referidos, mas que, a partir da entrada em vigor deste diploma, deixarão de o poder fazer, uma vez que, pura e simplesmente, se determina a destruição das matérias-primas - agora classificadas de resíduos - que serviam de base a todos aqueles produtos.

DESTAQUE - CM

Ensino superior particular

A PROVA DOS SETE...

O Executivo deu carta branca, no dia 22, a um diploma que reconhece o interesse público, a título excepcional e com carácter provisório, a um conjunto de estabelecimentos de ensino superior particular que iniciaram o seu funcionamento sem reconhecimento antes do ano lectivo de 1995-1996. Este decreto-lei atribui efeitos retroactivos à autorização de funcionamento de cursos e reconhecimentos de graus ou diplomas em relação aos cursos que neles têm funcionado e estabelece, para um período transitório de quatro anos lectivos, um conjunto de condicionamentos e um processo especial de acompanhamento e fiscalização.

Estas medidas inserem-se no quadro do processo de normalização da situação do ensino superior particular e cooperativo e pretendem, sem quebra das exigências de nível e qualidade inerentes ao ensino superior, permitir, ao menos parcialmente, minorar os prejuízos sofridos e os recursos despendidos pelos estudantes e famílias e, simultaneamente, aproveitar o que de positivo tenha emergido da referida realidade. No âmbito deste diploma, as instituições ficam sujeitas, durante um período

provisório de quatro anos, a uma auditoria científico-pedagógica permanente a realizar pela Inspecção-Geral de Educação com a colaboração de peritos, a qual tomará possível a tomada, tempestiva, de medidas correctivas que eventualmente se revelem necessárias.

Findo o período transitório, as instituições



serão objecto de uma avaliação de natureza global que conduzirá à consolidação do reconhecimento - se a instituição tiver demonstrado, de maneira inequívoca, que satisfaz de forma continuada os parâmetros de qualidade indispensáveis a uma instituição de ensino superior - ou, no limite, à sua caducidade, caso os referidos parâmetros não tenham sido satisfeitos.

São sete os estabelecimentos de ensino superior contemplados com este reconhecimento de interesse público a título excepcional e com carácter provisório: Conservatório Superior de Música de Gaia; Escola Superior Gallaecia; Instituto Superior de Ciências Educativas de Felgueiras; Instituto Superior de Ciências Educativas de Mangualde; Instituto Superior de Ciências Humanas e Tecnológicas; Instituto Superior de Espinho; e Instituto Superior de Tecnologia Empresarial.

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO

Regionalização à direita

O GRAU ZERO DA RESPONSABILIDADE



O deputado socialista José Junqueiro defendeu, no plenário da Assembleia da República realizado no passado dia 21, que só será possível valorizar os cidadãos e construir com eles mais parcerias para o desenvolvimento e qualidade de vida se a própria sociedade decidir abandonar um modelo centralista de desenvolvimento e optar pela regionalização.

«As freguesias e os municípios são o resultado da descentralização que até agora se conseguiu, mas que ainda não se revela suficiente», afirmou o parlamentar o PS, lembrando que as autarquias locais são, actualmente, responsáveis pela administração de cerca de 9 por cento das verbas do Orçamento de Estado e conseguem realizar 25 por cento do investimento global, bem como criar 18 por cento dos postos de trabalho, mas, «com mais meios, outras atribuições e competências conseguirão, localmente, fazer mais e melhor».

Fazendo um balanço dos três anos de admi-

nistração socialista do País, José Junqueiro frisou que o PS e o Governo são responsáveis pela apresentação de mais de duas dezenas de projectos e propostas de lei.

«Contou com o contributo de alguns partidos de oposição», reconheceu o deputado do GP/PS, não sem constatar a seguir que, «enquanto isto, o PSD, também consequente consigo próprio, continuou durante estes três anos o trabalho dos últimos dez».

Depois de acusar o PSD de nada fazer em matéria de iniciativas legislativas neste domínio, o José Junqueiro passou à análise daquilo a que se convencionou chamar «pacote autárquico» - uma iniciativa laranja que tem como alvo a divisão administrativa de Portugal -, considerando-o «um acervo de perturbações».

«A finalidade é evidente: concretizar uma alternativa à regionalização, propondo uma regionalização cidadina e sem referendo, a fugir para o fino e em homenagem à linha de Cascais», comentou o deputado.

Destaque-se que a proposta do PSD prevê seis áreas metropolitanas - cinco para o lito-

ral -, fragmentando os concelhos desta zona e mais ainda o País em vários litorais e um interior esquecido.

Segundo o parlamentar do PS, «Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e muitas outras, são exemplos de cidades e de concelhos que, conjuntamente com todos os outros, o PSD pretende marginalizar».

Isto representa, nas palavras de José Junqueiro, «o grau zero da responsabilidade e o grau zero do discurso político».

«O que o PSD pretende fazer e inviabilizar o funcionamento do poder local é complicar a vida às pessoas, multiplicando os níveis de decisão e investindo forte na burocracia», concluiu, acrescentando, a modo de explicação, que «entre o município e o Estado passariam a existir quatro níveis de decisão: associação de municípios, junta metropolitana, distrito e comissão de coordenação. Não contando com o número indeterminado de associações de municípios, as oito juntas, os 18 distritos e a cinco CCR».

José Junqueiro acusou o principal partido de

oposição de ser «troca-tintas em matéria de regionalização», pois «pretendia camuflar a ausência de verticalidade política com tão insensatas propostas e disfarçar também a preguiça de três anos de improdutividade legislativa».

«O PSD perde o respeito por si próprio», alerta Junqueiro, garantindo que «não é assim que se faz oposição».

Para terminar a sua alocução, o deputado socialista diz que a nova AD só quer o poder pelo poder, tendo já começado a partilha. Mas, «o Partido Socialista, que não cala nem consente, continuará a dizer "Sim" à regionalização, ao esforço e prestígio do poder local, às pessoas, à descentralização, ao combate à burocracia, ao despotismo e à economia de meios e recursos. E dirá "Não" à falta de responsabilidade, ao tacticismo político e a um PSD que, ao lançar uma OPA sobre o CDS/PP se pretende constituir numa sociedade anónima de irresponsabilidade ilimitada em que os sócios não têm outro projecto que não o do seu próprio umbigo», concluiu.

MJR

DEPUTADO MIGUEL COELHO

Regionalização

OITO RAZÕES PARA VOTAR «SIM» NO REFERENDO



O deputado socialista Miguel Coelho considerou no Parlamento que o referendo sobre a regionalização agendado para o dia 8 de Novembro «re-

presenta a oportunidade para a implementação da reforma estrutural mais importante no nosso país e à qual, curiosamente, observou, se opõem as forças mais identificadas com o conservadorismo e o imobilismo».

Segundo Miguel Coelho, «situação análoga a esta só encontra paralelo com a adesão do nosso país à União Europeia, então CEE, momento no qual também os "velhos do Restelo" se fizeram ouvir e todas as mesmas forças tentaram adiar a sua concretização. Coincidências...».

Como deputado eleito pelo círculo de Lisboa, Miguel Coelho referiu não poder deixar de se congratular com a perspectiva da instituição em concreto da Região de Lisboa e Setúbal, região onde, infelizmente, salientou, existem «fenómenos preocupantes ao nível do desenvolvimento social e do conceito alargado da qualidade de vida das pessoas».

Num intervenção centrada na problemática da regionalização, Miguel Coelho apontou oito razões determinantes para a opção a esta importante reforma.

Em primeiro lugar, sublinhou, «o respeito pela Constituição da República, na qual está consagrada desde 1976 a existência de um nível de autarquia local designada

por Região Administrativa». Em segundo lugar, lembrou, «pela razão de se tratar de um compromisso eleitoral do PS e de António Guterres devidamente sufragado nas legislativas de 1995».

Reforço da coesão nacional

Em terceiro lugar, referiu ser pela regionalização porque, na sua opinião, e contrariamente ao propagandeado, «reforçará a coesão nacional».

A quarta razão apontada pelo deputado do PS prende-se com a nossa integração na União Europeia.

«Bom exemplo é o funcionamento do Comité das Regiões, onde os nossos representantes são os únicos que não foram eleitos para o exercício de tais funções», disse.

A quinta razão referida por Miguel Coelho está relacionada com motivos que se prendem com uma maior «racionalização e rentabilização económica», dado que, conforme explicou, «com a atribuição da coordenação de projectos e também dos investimentos, as regiões contribuirão para uma economia de meios».

A sexta razão determinante tem a ver com o que, segundo Miguel Coelho, a regionalização representa «como combate à burocracia do aparelho de Estado que só prejudica os cidadãos».

Em sétimo lugar é preciso regionalizar «para permitir uma maior disponibilidade do Governo para as questões nacionais e glo-

bal». Por último, em oitavo lugar, é necessário implementar esta reforma porque, na opinião do deputado do PS, «a regionalização

implica o reforço dos municípios, contrariamente ao que dizem agora alguns convertidos ao municipalismo».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO VÍTOR MOURA

Agricultura

NOVA PORTARIA PARA REPOR A VERDADE E FAZER JUSTIÇA



As medidas governamentais de auxílio face ao mau ano agrícola no País não contemplam algumas das culturas que foram gravemente afectadas. Esta constatação foi feita, «com estranheza», pelo deputado socialista Vítor Moura, que não hesitou em avançar valores superiores a 75 por cento de perda de produtividade, referindo-se a alguns cereais e frutas do distrito da Guarda. Neste contexto, o parlamentar do PS apresentou, no passado dia 21, um requerimento, também subscrito pelo deputado Carlos Santos, em que se exige a integração das malogradas culturas numa «nova portaria que reponha a verdade e, fazendo justiça, seja objecto do apoio a que os agricultores têm direito».

Segundo Vítor Moura, a pêra, a maçã e a uva são frutas a incluir na nova legislação

de apoio ao sector agrícola em crise. Quanto aos cereais, o deputado do GP/PS referiu o centeio, trigo, a aveia e triticale. No requerimento, Vítor Moura afirma estar convicto de que o Ministério da Agricultura «não deixará de ter em conta esta grave situação», recordando, em seguida, o agravamento que a mesma sofrera pelas formas empresariais existentes no distrito da Guarda.

A terminar o documento, o deputado socialista solicita ao Executivo, através do ministro da Agricultura, Capoulas Santos, a resposta a duas questões: «Tenciona o Governo corrigir a portaria supra referida, de harmonia com o que se deixou sugerido, salvaguardando o rendimento dos pequenos agricultores?» e, ainda, «tenciona o Governo apoiar as cooperativas, permitindo-lhes, face aos prejuízos acumulados das últimas campanhas, fazer face aos seus custos fixos?».

MJR

DEPUTADO PEDRO BAPTISTA

Cimeira Ibero-Americana

INTEGRAÇÃO REGIONAL E GLOBALIZAÇÃO SÃO PROCESSOS COMPLEMENTARES



O deputado do PS Pedro Baptista, numa intervenção na Assembleia da República, centrada sobre a VIII Cimeira Ibero-Americana, considerou que a Declaração Final do Porto «consagrou a integração regional e a globalização como processos complementares e vantajosos, não podendo num mundo progressivamente mais globalizado ser a integração regional analisada apenas pelo prisma económico».

«Há uma dimensão política crescente na necessidade de intensificar a cooperação bilateral e multilateral nos domínios da cultura, da educação e de vários outros campos, como os da luta contra a droga, a corrupção ou a degradação ambiental», acrescentou.

Pedro Baptista disse que o Porto e as suas gentes estiveram à medida do acontecimento, considerando que, para a cidade, «foi importante não apenas a projecção internacional granjeada, como o investimento público feito, quer no edifício da Alfândega Nova quer nas zonas de património mundial adjacentes».

Referindo que «quis o destino que fosse no Porto, donde partiu o grosso da emigração portuguesa para a América do Sul, que se realizasse esta reunião», sublinhou que, para Portugal, «considerando o incremento das relações com a União Europeia

e o Mercosul, no seguimento do Acordo-Quadro de Cooperação ratificado pela AR em 1996, e considerando o protagonismo que nos está destinado, sobretudo no que concerne ao Brasil, a escolha e o calendário não podiam ser mais convenientes». É que, frisou, «Portugal rompeu com a tradição da retórica das promessas na cooperação com o Mercosul, em particular com o país lusófono, e passou às realidades de expressão económica, comercial e financeira, num outro cimento para as relações políticas e comerciais».

Redescoberta económica do Brasil

Lembrando que em 1994, o Investimento Português Directo no Estrangeiro (IPDE) no Brasil não representava nem um por cento do total, o ex-candidato do PS à Câmara de Gondomar afirmou que em 1996, «encontrou-se a redescoberta económica do Brasil, com as empresas portuguesas a investirem cerca de 48 milhões de contos, representando um terço do valor de todo o investimento português no estrangeiro, e em 1997, ano em que o primeiro-ministro, António Guterres, visita o Brasil, o valor do investimento português subiu para os 85 milhões, para não falar do ano presente em que só o investimento na privatização da Telebrás foi aos 668 milhões de contos».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO NELSON BALTAZAR

Saúde

GOVERNO DE CONSCIÊNCIA TRANQUILA



«Um claro oportunismo político.» Foi assim que o deputado Nelson Baltazar classificou a iniciativa parlamentar laranja de agendar um debate de urgência, no dia 22, na Assembleia da República, para o período anterior à ordem do dia, sobre um alegado descontrolo financeiro no sector da saúde.

«Foi necessário criar este debate de urgência para que pudessem ter o palco político para uma afirmação que todos sabem e os senhores deputados do PSD também sabem, que é demagógica. Puro oportunismo», disse o parlamentar do PS, depois de lembrar que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) herdado da administração cavaquista apresentava sintomas de uma «gestão ruínoza» que durou cerca de 12 anos.

Referindo-se às necessidades financeiras da área da saúde pública, Nelson Baltazar frisou: «Nunca afirmámos que o SNS fosse um serviço com dinheiro a mais, sempre dissemos o contrário e continuaremos a dizer enquanto se mantiverem os patamares de financiamento que temos tido».

«O que sempre afirmámos é que com o mesmo dinheiro seríamos capazes de fazer melhor», acrescentou, convicto. E, para que não restassem dúvidas, Nelson Baltazar não perdeu tempo, passando a enumerar algumas das alterações positivas no sector da saúde que se verificaram durante a actual gestão socialista.

Mais consultas em hospitais e centros de saú-

de, mais acessibilidade com mais primeiras consultas em todas as ARS, mais edifícios novos a funcionar, melhor organização geral do SNS e melhor funcionamento da rede de cuidados primários foram, entre outros, os avanços apontados por Nelson Baltazar.

«Não há descontrolo financeiro, o que há são acréscimos de prestações de cuidados, o que há é mais satisfação dos utentes em qualidade e quantidade, o que há são grandes investimentos em áreas abandonadas pelo anterior Governo», garantiu o deputado do GP/PS.

Num discurso claramente dirigido à bancada laranja, Nelson Baltazar advertiu: «A vossa causa é, à partida, uma causa perdida.» «Temos desde já a certeza que quem assumir o controlo do SNS no futuro o encontrará muito melhor do que nós encontramos», afirmou, assegurando de seguida que o Governo PS tem a consciência tranquila quanto ao desempenho do trabalho efectuado.

«Mantemos contudo a intranquilidade quanto à necessidade de melhorar muitas das frentes de trabalho e de resolver os problemas dos doentes que procuram os serviços públicos de saúde. Mas também temos lançadas sementes que permitirão rentabilizá-los», reafirmou.

A concluir a sua intervenção, Nelson Baltazar garantiu que o Executivo socialista está a cumprir o seu programa de governo.

«Por muito que vos custe a aceitar, temos uma equipa, temos um projecto, temos objectivos e temos uma estratégia traçada para a saúde em Portugal», terminou.

MJR

DEPUTADO BARBOSA DE OLIVEIRA

Estatuto dos funcionários públicos

PACOTE LEGISLATIVO CONTRIBUI PARA A VALORIZAÇÃO E DIGNIFICAÇÃO



O deputado socialista Barbosa de Oliveira sustentou no dia 8, na Assembleia da República, que «uma Administração Pública moderna ao serviço dos cidadãos impõe a adopção de novas formas de gestão e a mobilização dos funcionários. Mais objectividade, mais transparência, mais inovação, melhor serviço e menos burocracia».

Barbosa de Oliveira, que falava durante a discussão de um conjunto de diplomas do Governo que visam melhorar o estatuto dos funcionários públicos, considerou estas iniciativas legislativas «de grande importância para a qualificação, dignificação e motivação dos recursos humanos da Administração, ou seja, a consagração legal da liberdade sindical e dos direitos das associações sindicais, a reforma das carreiras da Administração Pública, alterações ao estatuto do pessoal dirigente da Administração Pública e alterações ao regime jurídico das férias, faltas e licenças dos traba-

lhadores da Administração Pública». Segundo sublinhou, estas iniciativas legislativas do Executivo socialista, resultando do «diálogo e da concertação», cumprem os objectivos e as medidas inscritas no programa, comportando «soluções adequadas e conformes aos interesses dos trabalhadores e do sistema administrativo». Na sua intervenção, Barbosa de Oliveira fez uma análise de cada uma dessas iniciativas, referindo os principais aspectos que, na sua perspectiva, merecem ser sublinhados.

Assim, no que respeita à proposta de lei governamental que regula o exercício da actividade sindical na função pública, o deputado do PS frisou que a aprovação deste diploma, conjugada com a lei da negociação colectiva para a administração pública, recentemente publicada, «confere aos respectivos trabalhadores, o reconhecimento e a consolidação dos seus direitos sindicais através da adopção de um quadro legal próprio e adequado e faz deles cidadãos iguais aos demais».

Quanto à proposta de lei do Executivo so-

cialista que pretende congrega num único diploma legislativo «coerente e homogéneo» o regime jurídico aplicável ao pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Central e Local do Estado e da Administração Regional, Barbosa de Oliveira disse que esta iniciativa legislativa «assume particular relevância no quadro dos objectivos defendidos pelo PS para uma Administração Pública virada para as necessidades dos cidadãos».

Ou seja, adiantou, «um modelo baseado na transparência, competência e dignificação profissional. Um modelo despartidarizado e desgovernamentalizado».

Transparência e despartidarização

No que concerne à proposta de lei de revisão do regime de carreiras da Administração Pública, há muito aguardada pelos trabalhadores da função pública, o deputado do GP/PS sublinhou que a aprovação do

referido diploma «contribuirá para a dignificação e motivação dos funcionários públicos que vêm assim consagradas muitas das suas aspirações».

Por último, a proposta de lei referente ao regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração também mereceu rasgados elogios de Barbosa de Oliveira.

Entre as inovações preconizadas no diploma e que, na sua opinião, «melhoram substancialmente» o regime em vigor, Barbosa de Oliveira destacou a consagração de um novo regime para o gozo de férias no primeiro ano de serviço; o regime de ausências de ausências por greve e devido ao exercício da actividade sindical; o regime de recuperação de vencimento perdido devido a faltas motivadas por doença; a revisão das condições de concessão de licenças sem vencimento, assim como a possibilidade de apresentação a concurso dos funcionários em situação de licença sem vencimento de longa duração.

J. C. CASTELO BRANCO

TIMOR-LESTE

Com supervisão internacional...

EUA APOIAM REFERENDO

O Congresso norte-americano deu, no passado dia 21, em Washington, o seu apoio à realização de um referendo supervisionado internacionalmente sobre o estatuto de Timor-Leste, nos termos da versão final da lei de apropriação de fundos para as operações externas.

Aprovada, no mesmo dia, pelo Senado, após idêntica posição tomada pela Câmara dos Representantes, a lei proíbe o uso de armas americanas no território e o treino de membros das Forças Armadas indonésias pelos Estados Unidos. Tanto o Senado como a Câmara dos Representantes tinham já aprovado versões ligeiramente diferentes desta lei, que agora, numa versão única, se torna parte da lei americana.

Nos termos da lei, o Congresso determina que qualquer acordo para venda de armas à Indonésia deve declarar que «os Estados Unidos esperam que o material não venha a ser utilizado em Timor-Leste».

Este órgão norte-americano expressa ainda o seu apoio a «um referendo supervisionado internacionalmente, de modo a determinar uma solução global para o estatuto político de Timor-Leste».

No que respeita ao treino de militares



indonésios, ao abrigo do programa JCET, a lei refere que o Congresso está muito «perturbado» pelo facto de o mesmo ter sido fornecido de «modo inconsistente», pelo que se requer ao Pentágono que passe a fornecer um relatório detalhado do treino de pessoal militar estrangeiro.

Resistência satisfeita

Em Portugal, a notícia do apoio do Con-

gresso norte-americano à realização de um referendo em Timor-Leste foi recebida com «muita satisfação» pela resistência timorense, cujos principais dirigentes se encontravam reunidos em Vilamoura. É uma decisão «sem precedentes», disse José Ramos-Horta, vice-presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense.

Ramos-Horta sublinhou que com a aprovação desta lei, «a Administração ame-

ricana tem de tomar medidas para assegurar o seu cumprimento», acrescentando que, caso contrário, «o presidente Clinton pode ser acusado de violar as leis».

A decisão norte-americana, além de reforçar a posição da resistência, constitui, no entendimento de Ramos-Horta, um aviso às autoridades indonésias - «Qualquer intensificação das acções armadas em Timor pode despoletar novas medidas do Congresso», nomeadamente um embargo comercial a Jacarta.

Xanana escreve no «Washington Post»

Numa atitude que poderia ser classificada como premonitória, Xanana Gusmão assinou um artigo de opinião publicado, no passado dia 21, no influente jornal norte-americano «Washington Post».

No texto Xanana convida o presidente Bill Clinton a «ajudar» a terminar com a ocupação de Timor-Leste.

O «Acção Socialista» publica, nesta artigo, a versão portuguesa do escrito do líder histórico timorense, originalmente redigido em inglês.

MJR

Desde a cela de uma prisão de Jacarta

Enquanto activistas pró-democracia continuam a sua luta pelo fim do regime militar de Habibie, na Indonésia, os meus companheiros timorenses e eu permanecemos prisioneiros desse mesmo país. A minha cela prisional é como outra qualquer, situada na cadeia local de Cipinang. A prisão dos meus 750 mil companheiros timorenses é o nosso país, aquele que o exército indonésio invadiu, com a ajuda dos EUA, em 1975.

Quase 23 anos depois, o brutal jugo da força militar indonésia permanece na nossa pátria. Mais de 250 mil timorenses - cerca de um terço da população residente em Timor-Leste antes da invasão - morreram vítimas da ocupação ilegal da Indonésia. Mas, apesar da queda, em Maio último, de Suharto, o mais antigo ditador indonésio, pouco mudou em Timor-Leste sob os desígnios da governação do sucessor, Habibie.

As mudanças verificaram-se no contexto mais alargado em que a ocupação tem lugar. Nunca como agora houve tanta pressão externa sobre a Indonésia com vista à desocupação de Timor-Leste e à realização de um referendo fiscalizado por uma equipa de supervisores internacionais, conforme o previsto pelas resoluções das Nações Unidas.

A economia indonésia é um desastre. A crise económica arrastou mais de 80 milhões de indonésios para a fome e o desemprego. E, como se isso não bastas-

se, as forças militares da Indonésia - o verdadeiro poder em Jacarta - encontra-se numa situação de vulnerabilidade política tanto mais aguda quanto maior se torna o número das suas atrocidades reveladas. Entretanto, o «activismo doméstico» intensifica a sua pressão sobre Jacarta para que se dê avanço a reformas realmente democráticas.

Estes factores internos e externos forçaram o governo indonésio a assumir uma postura de aparente flexibilidade. Assim, depois de tantos anos de recusa de toda e qualquer mudança no estatuto de Timor-Leste, Jacarta deu um passo sem precedentes ao «oferecer» autonomia aos timorenses. Porém, esta não será uma proposta séria enquanto não permita, efectivamente, ao povo de Timor decidir sobre o seu próprio destino político, através de um referendo.

A proposta indonésia, contudo, abriu um espaço importante para a actividade diplomática. Nas malogradas negociações realizadas no passado mês de Agosto, em Nova Iorque, sob os auspícios das Nações Unidas, a Indonésia e Portugal acordaram estabelecer alvos de interesse nas respectivas capitais. (Portugal, ex-colonizador de Timor-Leste, continua a ser o «poder administrativo» do país de acordo com a legislação internacional).

Apesar de Jacarta ter, desde sempre, desrespeitado as resoluções do Conselho de Segurança da ONU que lhe exigiam a reti-

rada de Timor-Leste «sem demora», a Indonésia também acordou uma redução gradual das suas tropas no território. Mas tal promessa permanecerá inválida a não ser que as Nações Unidas verifiquem, com regularidade, se as reduções estão, realmente, a ser efectuadas.

Na verdade, a Resistência Timorense reportou a chegada de milhares de efectivos de novas tropas indonésias, ao longo das últimas semanas.

Um assunto de maior importância para o povo timorense é, para além de tudo isto, a continuidade da violação indonésia dos direitos humanos. Jacarta deve comprometer-se a pôr termo às actividades dos seus soldados, agentes dos serviços secretos e grupos paramilitares que continuam a aterrorizar a população.

Casos indescritíveis de tortura, desaparecimentos e massacres colectivos são a verdadeira face da cruel anexação do nosso país à Indonésia.

Exigimos que a Indonésia viabilize a entrada em Timor-Leste de uma equipa internacional de observadores que conduza uma pesquisa sobre estes abusos contra os direitos do homem. Só assim a comunidade internacional e o povo indonésio ficarão a conhecer o quanto sofrem os timorenses e quanto amamos e merecemos a nossa liberdade.

Para o povo de Timor-Leste, o encontro de Agosto, em Nova Iorque, abriu uma porta para o diálogo sério e produtivo, aquele que

deverá permitir a nossa participação directa e plena.

Saudamos o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e o seu porta-voz, Jamsheed Marker, pelos seus esforços históricos. Os timorenses estão prontos para enfrentar o desafio da paz, um repto que haremos de encarar com o mesmo espírito determinado que nos tem guiado ao longo de 23 anos de luta pela liberdade. Continuaremos a apoiar o processo de paz honestamente, desde que ele respeite o nosso direito à autodeterminação, conforme o ESTIPULADO na 10ª resolução das Nações Unidas e reafirmado pelo Tribunal Internacional de Justiça.

Os Estados Unidos podem desempenhar um papel importante neste processo. Em nome da justiça, da liberdade, da paz e da democracia, o presidente Clinton pode ajudar a pôr fim à ilegal ocupação indonésia da nossa pátria. Uma boa maneira de começar seria cessar o fornecimento de armas às forças militares indonésias, bem como o apoio ao seu treino.

Xanana Gusmão

Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense capturado em Timor-Leste por soldados indonésios em 1992. Cumpre uma pena de 20 anos num estabelecimento prisional na Indonésia pelo «crime» de rebelião.

MJR (tradução)

GUINÉ-BISSAU

Encontro «Nino»/Mané

JAIME GAMA CONSEGUE
«COMPROMISSO»

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, confirmou, no passado dia 25, o «compromisso» do encontro a realizar esta semana entre o Presidente guineense, «Nino» Vieira, e o líder da Junta Militar, brigadeiro Ansumane Mané.

Jaime Gama, que deixou Bissau no domingo, depois de uma presença no país de cerca de 24 horas, revelou também ter tido a «afirmação solene» de ambas as partes de que até à realização desse encontro não entrarão em hostilidades.

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, que passou cerca de 16 horas em reuniões de trabalho, fez um veemente apelo aos comandantes militares da linha da frente, de um lado e outro, para que respeitem o compromisso do cessar-fogo, para que assim «se viabilize uma esperança de paz» para a Guiné-Bissau.

Nas suas declarações, Jaime Gama afirmou que o Governo senegalês «está perfeitamente ao corrente» da iniciativa diplomática portuguesa, acentuando que, no mesmo período da sua visita, deslocou-se também à Guiné-Bissau para contactar o ministro do Interior senegalês, Lamine Cissé.

«Antes de me deslocar à Guiné-Bissau falei longamente com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal e, tão depressa volte a Lisboa, vou tornar a fazê-lo», disse, então, Gama.

Antes da sua partida para Lisboa, o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros teve

uma última reunião com o Presidente guineense, «Nino» Vieira, que durou cerca de 45 minutos e foi marcada por uma manifestação realizada por um «Comité para a Paz» em frente ao palácio presidencial.

«Não viemos aqui para fazer política, não é essa a ideia do nosso comité», afirmou um dos oradores, ao mesmo tempo que cerca de 500 manifestantes gritavam: «Nós exigimos paz, nós temos direito à paz.»

O ministro dos Negócios Estrangeiros português reuniu ainda durante o dia de domingo com o primeiro-ministro guineense, Carlos Correia, e com o presidente da Assembleia Nacional Popular.

Antes, tinha estado também com o bispo de Bissau, com o presidente da Comissão Nacional de Boa Vontade, tendo almoçado com os embaixadores de Portugal, Francisco Henriques da Silva, e de França, François Chapplet, e com a encarregada de Negócios da Suécia, a *troika* diplomática que tem pressionado o Governo guineense para as negociações e que culminou com o convite de «Nino» Vieira para um encontro com Ansumane Mané.

O encontro, que estava inicialmente agendado para a terça-feira, dia 27, não chegou a realizar-se, apesar dos notáveis esforços da diplomacia portuguesa, por desacordo de ambas as partes relativamente ao local e hora do frente-a-frente.

ALEMANHA

Governo

SCHROEDER JÁ É CHANCELER

O social-democrata Gerhard Schroeder é desde o passado dia 27 o novo chanceler da Alemanha.

A votação no Bundestag realizou-se durante a manhã, por voto secreto, e Schroeder foi empossado durante a tarde, juntamente com o seu Governo, uma coligação SPD-Verdes. Recorde-se que no passado dia 20 socialistas, democratas e ambientalistas alemães assinaram em Bona o acordo de coligação para constituir novo Governo, abrindo assim caminho à eleição de Gerhard Schroeder como chanceler.

O acordo assinado no dia 20 comprometeu os deputados dos dois partidos a votar em Gerhard Schroeder para novo chefe do Governo, e estabeleceu que Joschka Fischer, o anterior líder da bancada de Os Verdes, será vice-chanceler e que o SPD terá 12 ministros e os ambientalistas três, entretanto já apresentados.

Além disso, os dois partidos decidiram apresentar um candidato conjunto para suceder ao actual Presidente da República, Roman Herzog (CDU). A escolha do candidato cabe ao SPD.

Os Verdes, por sua vez, garantiram o direito de propor um nome para suceder ao comissário europeu Martin Bangemann, que cessa funções em 1999.

A outra comissão alemã é Monika Wulf-Matthies, militante do SPD.

Os socialistas-democratas ganharam as legislativas de dia 27 de Setembro, mas sem maioria absoluta, e iniciaram então negociações com Os Verdes para formar Governo.

A última vez que os socialistas-democratas esti-



veram no poder em Bona foi entre 1969 e 1982, sob a vigência dos chanceleres Willy Brandt e Helmut Schmidt.

Quanto aos Verdes, é a primeira vez que estarão representados no gabinete federal, 15 anos após a sua fundação, em 1983, como partido essencialmente dirigido contra o rearmamento e a utilização da energia nuclear.

Redução do desemprego
é prioridade

O acordo de coligação considera a «redução gradual» do elevado desemprego a principal tarefa do Governo de centro-esquerda, prometendo também melhores condições para a actividade empresarial e o alargamento dos benefícios sociais.

Simultaneamente, anuncia-se uma «acção consequente» para consolidar as finanças do Estado, «perante a pesada herança deixada pelo Governo do anterior chanceler Helmut Kohl».

DROGA

Observatório Europeu alerta

RELAÇÕES PERIGOSAS ENTRE GOVERNOS E NARCOTRAFICANTES

O Observatório Geopolítico da Droga (OGD) publicou o seu relatório anual no qual enfatiza a aliança cada vez menos sigilosa entre o crime organizado e as esferas «cada vez mais elevadas do próprio Estado». Citando, nomeadamente, a Rússia e as repúblicas vizinhas da ex-União Soviética, e ainda o México e a Turquia, o relatório do Observatório Geopolítico da Droga, publicado em Paris, refere que «esta ligação entre os Estados e a criminalidade, hoje em dia, é tão evidente que salta à vista».

O OGD sublinha ainda que este «envolvimento da política com o crime» constitui um freio ao desenvolvimento dos respectivos países.

«As actividades mafiosas procuram benefícios cada vez mais substanciais, e sobretudo mais rapidamente, que a economia formal», lê-se no relatório.

O Observatório considera também que várias dezenas de participantes - Chefes de Estado e seus representantes - na assembleia-geral das Nações Unidas contra a droga realizada em Junho último, «tinham tido ou tiveram ligações, quer pes-

soalmente, quer porque representam certos países envolvidos, ou com ligações à criminalidade, o narcotráfico ou até o branqueamento de dinheiro».

Subvencionado pela União Europeia, o relatório do OGD, organização que se reger pela Lei de 1901, foi compilado por 200 jornalistas, correspondentes, investigadores e membros do OGD.

Droga de extrema-direita

Na Turquia, a organização político-mafiosa de extrema-direita, os «Lobos Cinzentos», financia-se graças ao tráfico da heroína e é «protegida por altas personalidades do Estado turco que os utilizam para eliminar os seus inimigos políticos».

De modo a estar conforme com as exigências do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o México abandonou o seu princípio de «soberania alimentar».

A receita agrícola diminuiu então de uma forma sensível e os camponeses começaram a cultivar cannabis e papoila «para assegurar a sua sobrevivência».

«A via do narco-desenvolvimento» encetada pelo México graças às alianças firmadas entre governantes, banqueiros, capitães da indústria e narcotraficantes é sancionada por Washington, considera o relatório.

No continente africano, a República Sul-Africana abriu-se ao mundo e pode tornar-se num actor importante nos tráficos internacionais de cocaína e dos derivados da cannabis assim como um produtor importante de drogas de síntese.

Nigerianos, italianos, russos e chineses organizam os tráficos e um em cada dez agentes policiais foi envolvido num caso de corrupção em 1997.

Os traficantes destes mesmos países a que se juntam os tajiques, operam igualmente na Rússia.

O Comité de Estado das Alfândegas Russas refere a utilização cada vez mais frequente de aviões de carga pertencentes às Forças Armadas para distribuir a droga pela Ásia Central.

Em vigor desde Abril, a lei russa sobre «os estupefacientes e as substâncias psicotrópicas negligencia totalmente os aspectos

ligados ao tráfico para atacar, de forma muito conservadora, os consumidores».

Na Ásia, a Birmânia, apesar das campanhas antidroga, «destinadas sobretudo à opinião internacional», continua a ser o maior produtor mundial de heroína e o segundo de ópio.

Na China, o ano de 1997 continua a bater todos os recordes de detenções e apreensões. O primeiro laboratório de «ecstasy» descoberto no país foi desmantelado em Zhuang Guanxi.

A produção destinava-se às discotecas e casas de divertimento nocturno de Xangai e Guangdong.

No Afeganistão, os produtores de ópio não cessam de crescer.

Segundo um estudo realizado por uma organização não-governamental (ONG) no distrito de Nangahar, um hectare de papoila rende três a seis vezes mais que um hectare de trigo.

Na Coreia do Norte, há múltiplos indícios de que as autoridades de Pyongyang facilitaram a produção industrial de diversos psicotrópicos para «satisfazer a sua desesperada necessidade de divisas».

«UM BOM ORÇAMENTO»

O ministro da Cultura afirmou, no dia 26, em Lisboa, que o aumento de 4 por cento na dotação do Orçamento de Estado para o seu ministério no ano de 1999 traduz «uma clara afirmação das políticas culturais».

Manuel Maria Carrilho, que apresentava à Imprensa as linhas fundamentais da proposta orçamental para o seu ministério no ano de 1999, considerou que este é «um bom orçamento para a cultura».

O governante, apesar de considerar que o Ministério da Cultura (MC) continua «pobre em relação aos objectivos delineados», afirmou que a política cultural do Governo «está no caminho correcto» e salientou que o orçamento deve crescer de modo equilibrado consoante as apostas estratégicas. A despesa consolidada do MC para 1999 ascende a 42,1 milhões de contos - um crescimento de 12,1 milhões desde o início da legislatura -, representando 0,6 por cento da despesa da administração central e mais 4,0 por cento do que em 1998, equivalente a um reforço financeiro de 2,9 milhões de contos.

O ministro salientou que a grande aposta do orçamento do próximo ano na área da cultura vai para as artes do espectáculo (teatros nacionais, Companhia Nacional de Bailado e Orquestra Nacional do Porto), com um reforço financeiro na ordem dos 18,6 por cento.

A dotação para a área dos Arquivos, Bibliotecas, Livro e Leitura cresce 10,5 por cento, para as Actividades de Apoio e Socioculturais 8,3 por cento, para o Patri-



mónio 4,9 por cento, enquanto se mantém para as Artes do Espectáculo e Artes Visuais e Cinema, Audiovisual e Multimédia, sector que desde 1995 cresceu 77,7 por cento.

Manuel Maria Carrilho realçou que na área do investimento (PIDDAC) ocorre um acréscimo de 1,3 milhões de contos (mais 10,8 por cento), tendo sido privilegiados os sectores dos Museus (cerca de meio milhão de contos - mais 47,6 por cento), Cinema, Audiovisual e Multimédia (cerca de meio milhão de contos - mais 30,9 por cento) e Arquivos, Bibliotecas, Livro e Leitura (cerca de 0,4 milhões de contos - mais 22,2 por cento).

Fazendo um balanço desde o início da legislatura, o orçamento do Ministério da Cultura passou de 30 milhões de contos em 1995 para 42,1 milhões de contos em

1999, registando um aumento de 12,1 milhões, o que representa um acréscimo superior a 40 por cento.

As despesas de funcionamento estão estabilizadas na ordem dos 15 milhões de contos, incluindo a transferência de 1,5 milhões para a Fundação das Descobertas. Em termos reais, as despesas previstas para 1999 estão ao nível de 1996.

Neste período, as verbas destinadas ao investimento (PIDDAC e Fundos Comunitários) registaram um aumento significativo - cerca de 5,2 milhões de contos (mais 42 por cento) e as receitas próprias mais 3,2 milhões de contos (mais 60,4 por cento).

Entre 1995 e 1999, o orçamento do MC cresceu 92,1 por cento na área das Artes do Espectáculo e Artes Visuais, 77,7 por cento na do Cinema, Audiovisual e Multimédia, 53 por cento, na dos Teatros Nacionais, CNB e ONP, 37,4 por cento na dos Arquivos, Bibliotecas, Livro e Leitura, 24,9 por cento na das Actividades de Apoio e Socioculturais e 18,8 na do Património.

Dois milhões de contos para manter mosteiro

Este balanço e consequente prognóstico financeiro realizou-se dois dias depois de Manuel Maria Carrilho ter estado em Coimbra para confirmar a decisão de manter em ambiente seco as ruínas do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, anunciando que os custos da solução adoptada rondam os dois milhões de contos.

Durante uma visita ao monumento medie-

val, situado na margem esquerda do Rio Mondego, o governante revelou que a manutenção do Claustro Grande a descoberto foi uma decisão tomada à luz de estudos de especialistas internacionais, do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Segundo o ministro, a solução adoptada implica a «construção de uma ensecadeira e a valorização do monumento e envolvente imediata».

Até agora, os trabalhos de escavação, preservação e contenção das águas, através de um sistema de bombagem contínua (3 600 metros cúbicos por hora), representaram um investimento global de 970 mil contos.

O ministro da Cultura realçou o «rigor assumido na avaliação» pelos especialistas, cujo parecer definitivo acabou por abandonar os outros dois cenários em aberto: manutenção em ambiente submerso (com preenchimento do vazio do Claustro Grande) e reenterramento das estruturas arqueológicas descobertas.

Carrilho elogiou o trabalho científico e técnico realizado nas ruínas desde o início das obras, em 1995, que considerou «um exemplo de como se deve trabalhar no domínio do património».

«A solução a seco é um risco calculado», disse, defendendo que a intervenção permitirá que o mosteiro possa ser «continuamente visitado e estudado» e frisando que o Ministério da Cultura elige o projecto como «prioridade clara em termos orçamentais».

PATRIMÓNIO É VECTOR DECISIVO

O património deve ser um vector decisivo de qualquer política cultural, afirmou, no passado dia 23, o primeiro-ministro, António Guterres, que presidiu à cerimónia de formalização do projecto de alargamento do Museu do Chiado, em Lisboa.

A remodelação do museu, que ocupa parte do Convento de São Francisco, ao Chiado, deverá estar concluída no ano 2000, o tempo necessário para proceder à transferência dos serviços da PSP actualmente instalados no mesmo edifício, e dar então início às obras de alargamento do espaço museológico.

O despacho conjunto resultou de uma aliança de esforços entre Governo e Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito da qual se prevê a transferência dos serviços da PSP localizados no Convento - nomeadamente uma garagem, uma tipografia e uma bomba de gasolina - para um terreno a disponibilizar pela autarquia.

Na sessão estiveram também presentes os ministros da Cultura e da Administração

Interna, respectivamente, Manuel Maria Carrilho e Jorge Coelho, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, e a directora do Instituto Português de Museus (IPM), Raquel Henriques da Silva.

Depois de uma visita às instalações do museu, Manuel Maria Carrilho e Jorge Coelho assinaram o despacho que estabelece a criação de um grupo de trabalho com o objectivo de estudar e propor a transferência das áreas afectas à PSP.

O grupo, de oito pessoas, é presidido pelo governador civil de Lisboa, Alberto Manuel Avelino, e dispõe de um prazo de 60 dias para elaborar um relatório em que conste a avaliação da situação presente, a identificação das áreas a transferir, a sua utilização futura e o calendário para a concretização das medidas a tomar.

Realçando o significado da iniciativa formalizada, o chefe do Executivo socialista referiu-se ao papel central que a área do património deve assumir na política cultural de um país. E, dirigindo palavras de agradecimento à CML, notou que a medida

permite alcançar dois objectivos: a ampliação do museu e a atribuição à PSP de instalações «com dignidade».

Por outro lado, expressou o seu gosto pessoal pelo Museu do Chiado, que desde sempre tem sido «um espaço preferido» pela sua família.

Segundo Guterres, a decisão de alargamento do museu tem ainda a particularidade de coincidir com um momento «em que os portugueses readquirem a sua autoestima».

No ano da Expo'98 e do Prémio Nobel da Literatura, é significativo que se dê novo impulso a um museu onde estão patentes as manifestações artísticas de 100 anos da nossa história (de meados do século XIX a meados deste século) durante os quais Portugal «teve uma enorme dificuldade em se encontrar consigo próprio», disse o primeiro-ministro.

António Guterres referiu-se ainda ao investimento financeiro feito pelo seu executivo na área do Património, traduzido num aumento de cerca de 60 por cento em rela-

ção aos montantes disponibilizados para o sector entre 1992 e 1995.

Na sua intervenção, o ministro da Cultura destacou a singularidade do acto formalizado, lembrando que se insere num conjunto amplo de medidas dedicadas ao património e aos museus que serão desenhadas durante o ano de 1999.

Por seu lado, o presidente da CML frisou a aposta da autarquia na dinamização da vertente cultural na cidade, salientando a este propósito «a inteligência e sensibilidade do Governo do primeiro-ministro».

Em declarações aos jornalistas no final da sessão, Jorge Coelho adiantou estar «mais ou menos acordado» que os serviços da PSP a deslocar do Convento de São Francisco deverão ser transferidos para um terreno com cerca de seis a sete mil metros quadrados localizado junto à avenida dos EUA.

De acordo com o ministro, é possível que essa área, a disponibilizar pela CML, venha a centralizar outros serviços da PSP actualmente dispersos pela cidade de Lisboa.

SEGURANÇA SOCIAL

Actualização das pensões

AUMENTOS SIGNIFICATIVOS, JUSTOS E COERENTES

O aumento médio anual das pensões da Segurança Social, que entrará em vigor, como habitualmente, a 1 de Dezembro, será de 4,1 por cento.

Falando numa conferência de Imprensa realizada em Lisboa, no dia 21, Ferro Rodrigues, ministro do Trabalho e da Solidariedade, anunciou que a 1 de Dezembro, além dos aumentos das pensões, que variam entre um mínimo de 2,5 por cento e um máximo de 6,8 por cento, consoante o regime, o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) também será aumentado, passando para 23 600 escudos por adulto e 11 800 escudos por criança.

Ferro Rodrigues sublinhou que todos estes aumentos são superiores à taxa de inflação prevista para 1999, ou seja, a dois por cento. Em relação aos aumentos das pensões do Regime Geral da Segurança Social (RGSS), Ferro Rodrigues afirmou que os aumentos variam entre um mínimo de 2,5 por cento e um máximo de 4,1 por cento.

Enquanto a pensão mínima até 14 anos de carreira contributiva do RGSS passa para 32 600 escudos, mais 4,1 por cento do que no anterior, as pensões deste regime com valores abaixo dos 250 contos aumentarão 3,3 por cento.

Em relação ao aumento das pensões do RGSS superiores a 250 contos, será de 2,5 por cento, com um limite máximo fixado em 16 300 escudos.

Quanto às pensões mínimas dos beneficiários do RGSS com carreiras contributivas entre 15 e 40 anos ou mais, passarão a variar, respectivamente, entre um mínimo de 34 100 escudos e um máximo de 42 670 escudos.

A partir de 1 de Dezembro, a Pensão Social, incluída nos Regimes Não Contributivos e Equiparados (RNCE), passa para 23 600 escudos, mais 6,8 por cento do que no ano passado.

Por outro lado, a pensão dos Regimes Especiais de Segurança Social das Actividades Agrícolas (RESSAA) aumenta 4,8 por cento face ao ano anterior, passando para 24 200 escudos.



Além das pensões e do valor do Rendimento Mínimo Garantido, também vão ser aumentados, a partir de 1 de Dezembro, o complemento por cônjuge a cargo e os subsídios por assistência a terceira pessoa tanto no RGSS, no RNCE e no RESSAA. O complemento por cônjuge a cargo sofre um aumento de cerca de quatro por cento, ao passar para 4 930 escudos.

Os subsídios por assistência a terceira pessoa passam para 11 310 escudos no RGSS (mais 4 por cento) e para 9 750 escudos no RNCE e no RESSAA (mais 5 por cento).

Estes aumentos - que implicaram um crescimento superior a 100 milhões de contos da verba do Orçamento da Segurança Social para 1999 face ao ano anterior - «só foram possíveis pelo rigor na execução orçamental e pelo continuado cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social», sustentou o ministro.

Entretanto, o ministro reafirmou que, em Junho de 1999, as pensões mínimas variarão entre 65 por cento e 100 por cento do novo salário mínimo estipulado para o próximo ano, líquido da taxa correspondente à contribuição do trabalhador para a Segurança Social, segundo os anos de carreira contributiva.

«Se tivermos em conta as taxas de inflação verificadas em 1996 e 1997 e as previstas para 1998 e 1999, pode concluir-se pelo significativo aumento das pensões mínimas em termos reais», referiu ainda Ferro Rodrigues.

Em paralelo com o apoio aos actuais pensionistas, o Governo do PS continua a tomar medidas para defender os actuais activos e futuros pensionistas, sustentou Ferro Rodrigues.

Adiantou que até ao final do ano os «bons resultados de 1997» permitirão a disponibilização de mais de 100 milhões de contos para capitalização pública.

«Há condições políticas para que um trabalho sério e profundo nas comissões parlamentares possa garantir a obtenção em 1999 de um consenso alargado que permita novos desenvolvimentos na reforma da Segurança Social», sublinhou o ministro do Trabalho e da Solidariedade.

Regime Geral da Segurança Social Novos valores das pensões

Os reformados mais pobres, que recebem a pensão social, serão os mais beneficiados, com um aumento de 6,8 por cento. Por outro lado, os pensionistas com reformas superiores a 250 contos terão uma actualização de 2,5 por cento.

Anos de contribuição	A partir de Dez./98	A partir de Junho/99 (*)
-14 anos	32 600\$	-
15 e 16 anos	34 100\$	65%
17 e 18 anos	34 600\$	68%
19 e 20 anos	35 100\$	70%
21 e 22 anos	35 600\$	72%
23 e 24 anos	36 100\$	74%
25 e 26 anos	36 600\$	76%
27 e 28 anos	37 100\$	78%
29 e 30 anos	38 100\$	80%
31 anos	38 100\$	82%
32 anos	38 600\$	84%
33 anos	39 100\$	86%
34 anos	39 600\$	88%
35 anos	40 100\$	90%
36 anos	40 600\$	92%
37 anos	41 120\$	94%
38 anos	41 630\$	96%
39 anos	42 150\$	98%
40 e mais anos	42 670\$	100%

* Em percentagem do salário mínimo nacional
Fonte: Ministério do Trabalho e Solidariedade

Orçamento da Segurança Social para 1999 Crescimento superior a 100 milhões de contos

O Orçamento da Segurança Social para 1999 apresenta uma verba superior a 1 280 milhões de contos para o pagamento de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência, dos vários regimes da Segurança Social.

Tal verba representa um crescimento superior a 100 milhões de contos em relação à previsão de execução do Orçamento de 1998.

Só o rigor na execução orçamental - no duplo nível do combate à fraude nas contribuições e nas prestações - e o continuado cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social permitem que este último ano do XIII Governo Constitucional se caracterize pela consolidação das novas políticas sociais que têm sido postas no terreno e, nomeadamente, por uma nova melhoria do poder de compra dos pensionistas portugueses.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Évora

VALORIZAR PRODUTOS TRADICIONAIS

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, reiterou, no dia 22, em Évora, o empenho do Executivo socialista na valorização dos produtos tradicionais, tendo criado, para o efeito, diversos sistemas de apoio dirigidos aos produtores e suas associações.

O governante falava na sessão de abertura da quinta edição da Feira dos Produtos da Região do Alentejo (Fepran), que reuniu, até domingo último, 70 expositores, com destaque para o projecto de Alqueva



e os produtos tradicionais certificados, como os queijos, vinhos e enchidos.

Vítor Barros fez questão de incentivar os produtores e as suas associações a continuar a sua acção no sentido de identificar os produtos tradicionais, de proteger os seus nomes, a sua genuinidade e qualidade, e de proceder a respectiva divulgação e comercialização, «contribuindo desta forma para um desenvolvimento rural sustentável».

Vítor Barros manifestou também a sua convicção de que as Fepran vão contribuir para

se dar mais um passo na direcção do cumprimento do objectivo de «tornar mais conhecidas as histórias fabulosas dos produtos tradicionais portugueses e no sentido de reforçar as perspectivas de desenvolvimento socioeconómico do Alentejo». Depois de reafirmar a importância dos produtos tradicionais «genuínos e de qualidade», Vítor Barros chamou também a atenção para a questão da sua comercialização, considerando que «o escoamento dos produtos tradicionais não pode, nem deve esgotar-se na venda directa».



Cascais

Lorca é nome de rua

A Câmara Municipal de Cascais aprovou por unanimidade a atribuição a uma rua da Freguesia de Cascais do nome de Federico Garcia Lorca, poeta e dramaturgo assassinado pela Falange no início da Guerra Civil de Espanha.

Esta decisão da autarquia presidida por José Luís Judas assinala as comemorações do centenário do nascimento do poeta.



Exposição de fotografia

«Zona Invisível» é o título da exposição de fotografia de Dimiter Anguelov, que a Câmara Municipal de Cascais promove até ao dia 1 de Novembro, no Posto de Turismo de Cascais.

Dimiter Anguelov nasceu em 1945, na Bulgária, e é actualmente professor na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e crítico literário.

Em complemento à sua actividade académica e literária, desenvolve igualmente trabalhos fotográficos.

Fórum do Desporto

Realizou-se no passado dia 24, no Auditório da Associação dos Bombeiros Voluntários Estoril, no Estoril, um Fórum do Desporto do Concelho de Cascais, uma iniciativa da autarquia que reuniu mais de 120 entidades desportivas.

Fafe

Concertos em diálogo

A cidade de Fafe dispõe desde Outubro de uma Academia de Música, de qualidade, a que está associado o nome do prestigiado maestro José Atalaya, que garante a sua direcção artística.

Poder contar com tão ilustre personalidade na dinamização cultural do concelho será, para todos os fafenses, motivo de grande orgulho e a credibilização necessária neste projecto promovido pelo município.

O projecto surge, primordialmente, para dar resposta às necessidades das consagradas bandas filarmónicas locais mas não se esgota aí.

O seu carácter é mais abrangente, estan-

do aberto a todos os cidadãos que queiram ter formação musical.

Entretanto, no passado dia 27, a Câmara Municipal de Fafe promoveu um concerto musical com a Academia de Música José Atalaya para a inauguração dos «Concertos em diálogo» dirigidos a toda a população, o qual se realizou no Estúdio Fénix.

O programa do concerto teve como ponto alto a apresentação da obra «Foz Côa, à luz da esperança», numa nova versão para percussão e banda magnética (com utilização da informática e samplagem, entre outros recursos tecnológicos), da autoria e realização do maestro José Atalaya e de António Feio.

Aquela conhecida obra, um apelo à preservação mundial do património e dos valores ecológicos defendidos pela Unesco, em versão de bailado, teve a sua estreia absoluta por ocasião da inauguração do primeiro parque de Foz Côa.



Benedita Stingl lança novo livro

A jovem poetisa fafense Benedita Stingl vai lançar amanhã, às 21 e 30, na Casa Municipal de Cultura, o seu novo livro de poemas, «Corpo Escrito».

A apresentação da obra está a cargo de Isabel Pinto Bastos, sua prefaciadora.

João Rebelo e Benedita Stingl lêem poemas do livro, com acompanhamento musical de Gervásio Pina.

«Corpo Escrito» assume-se como um conjunto de textos poéticos de maior fôlego, ao longo de uma centena de páginas, dividindo-se por seis núcleos temáticos.

Ferreira do Alentejo

Cemitério ampliado

Devido à sobrelotação do espaço do cemitério municipal de Ferreira do Alentejo, a autarquia presidida pelo socialista Luís Ameixa procedeu através dos seus próprios serviços à ampliação e arranjo urbanístico deste local.

Lisboa

Museu República e Resistência

Propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, a Biblioteca/Museu República e Resistência, na Estrada de Benfica, é um equi-

pamento dedicado à História contemporânea e à preservação da memória da resistência antifascista ao Estado Novo e a todos aqueles que neste século protagonizaram, em Portugal, um abnegado e corajoso combate pela democracia e pela liberdade.

A Biblioteca/Museu República e Resistência pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas.

Povoação

Gala Regional dos Pequenos Cantores

Estão abertas até ao dia 30 de Novembro as inscrições para a VIII Gala Regional dos Pequenos Cantores da Povoação «Caravela D'Ouro», uma iniciativa do pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Povoação.

Os interessados deverão enviar para o pelouro da Cultura da Câmara uma cópia da partitura para piano e da letra, assim como uma cassette gravada com a voz da criança interpretando a canção a seleccionar.

As crianças concorrentes deverão ter idades compreendidas entre os cinco e os 10 anos.

Haverá um júri de selecção que apurará 12 canções que irão concorrer ao Festival que se realizará em Março do próximo ano.

Santo Tirso

Bolsas de estudo para universitários

O município de Santo Tirso, a exemplo de anos anteriores, vai atribuir bolsas de estudo a estudantes do ensino superior do concelho.



As inscrições estão abertas até ao dia 19 de Novembro na Divisão de Educação da Câmara Municipal.

Para a atribuição destas bolsas de estudo, a autarquia instituiu, há vários anos, um regulamento ao abrigo do qual concede anualmente cinco bolsas de estudo no valor mensal de 10 contos cada.

Podem candidatar-se todos os alunos residentes no concelho, que tenham ingressado no ensino superior com média igual ou superior a 14 valores e de fracos recursos económicos.

Sintra

Exposição de artesanato no Cacém

A Câmara de Sintra está a organizar, desde o dia 24 de Outubro e até 8 de Novembro, no mercado municipal do Cacém, uma exposição de artesanato.

Esta mostra, que conta com a colaboração de dois artesãos do concelho, Eduardo e Maria de Lurdes Ceia, apresenta trabalhos em desenho, pintura em tecido e tela, pintura e decoração em barro, trapalografia, arte aplicada, rendas e malhas feitas à mão.

«Ser ecologista é...»

Realizou-se no passado dia 21, na biblioteca municipal de Agualva-Cacém, um debate subordinado ao tema «Ser ecologista é...», em que participaram Fernanda Cristina, em representação da Câmara de Sintra, e Pedro Barata, em representação da Quercus.

Vila Real de S. António

Desenvolvimento desportivo

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António assinou no passado dia 23 de Outubro contratos-programa com 16 clubes e associações do concelho, com base no plano de desenvolvimento desportivo da autarquia que prevê apoios da ordem de 65 mil contos a distribuir por todas as colectividades.

António Murta, presidente da Câmara, reconhece que «o desenvolvimento desportivo exige uma clara intervenção do poder local», ao mesmo tempo que considera que «essa intervenção supõe medidas estratégicas de política desportiva, orientadas para um desenvolvimento programado».



Para além dos apoios aos clubes, a edilidade vai investir na modernização das infra-estruturas desportivas e na melhoria da qualidade das actividades e práticas desportivas, no plano material, humano e logístico.

Vila Real de S. António é hoje um concelho onde o desporto marca já uma presença importante na vida das suas gentes, mas onde existem muitas potencialidade a desenvolver que só podem atingir os seus objectivos, com base num apoio integrado.

PS EM MOVIMENTO

ALGARVE

Comunicado da Federação

A Federação Regional do Algarve do PS manifestou, num comunicado do dia 23, a sua «satisfação por, finalmente, ter sido encontrada uma solução para o traçado da auto-estrada Lisboa-Algarve apressando assim a sua conclusão».

Os socialistas algarvios congratulam-se ainda com a solução encontrada que, como sempre defenderam, «concilia a questão ambiental com o desenvolvimento».

O PS/Algarve, no comunicado, chama também a atenção «para a articulação que deverá existir com a Região do Algarve no acompanhamento do dossier, em especial no que diz respeito à execução da ligação com a via longitudinal do Algarve».

A Federação do PS/Algarve regozija-se ainda com o facto de que a conclusão desta obra «permitirá ligar pela auto-estrada do Atlântico Vila Real de Santo António a Valença do Minho».

BAIXO ALENTEJO

Federação do PS na Internet

No âmbito da política que vem sendo seguida pela Federação do PS/Baixo Alentejo, no sentido da divulgação das suas posições e da constituição e funcionamento dos órgãos do PS, esta estrutura liderada por Gavino Paixão organizou uma página na Internet.

Com esta iniciativa, a Federação visa valorizar o papel desenvolvido pelos autarcas e deputados socialistas em defesa das populações, a constituição dos órgãos federativos e concelhios e os seus dirigentes, a campanha e as posições dos socialistas alentejanos sobre a regionalização.

O endereço é: members.xoom.com/PSBeja/.

BENAVENTE

Boletim informativo

A Comissão Política Concelhia do PS/Benavente, liderada pelo camarada José Carlos Pedrosa, vai retomar brevemente a publicação de um boletim informativo, que considera fundamental para a circulação de informação entre todos os militantes.

Entretanto, no passado domingo, o camarada José Carlos Pedrosa participou num debate sobre regionalização na Rádio Ateneu, de Vila Franca de Xira.

Para além do líder da Concelhia de Benavente do PS, participaram no debate representantes do PSD e do CDS/PP.

Lamentavelmente, o representante do PCP não compareceu.

Aos argumentos dos defensores do não, a roçarem muitas vezes a demagogia e o populismo mais primários, o camarada José Carlos Pedrosa contrapôs uma postura séria.

Com dados irrefutáveis, o camarada José Carlos Pedrosa falou das numerosas vantagens da regionalização, uma reforma que considerou «fundamental para um desenvolvimento mais equilibrado do País».

COIMBRA

Caravana da regionalização

No âmbito da campanha eleitoral para o referendo sobre a regionalização agendado para o dia 8 de Novembro, realiza-se hoje a «caravana da regionalização», que terá início às 10 e 30 com uma visita ao mercado D. Pedro V e terminará às 19 e 30, em Góis, com um jantar de confraternização.

Esta caravana será liderada pelo dirigente nacional do PS António José Seguro.

Comunicado da JS

A JS/Coimbra que se tem pautado por uma presença permanente nos combates políticos que ultimamente se têm desenrolado, vai participar activamente na campanha da regionalização.

Entre as numerosas iniciativas, destaque para o lançamento de um autocolante próprio e para a edição de um desdobrável com argumentário sobre as vantagens da regionalização. Numa nota à Imprensa, a JS/Coimbra sublinha que «os jovens portugueses são, hoje, os herdeiros de um combate histórico pela afirmação democrática, o que exige dos mesmos a seriedade, a maturidade e a responsabilidade para preservarem esse legado».

Para a JS/Coimbra, «a abstenção não serve esse desafio. A desinformação não ajuda a essa tarefa e a associação da corrupção a uma reforma do Estado é irresponsável e lamentável».

«Esperamos até agora uma postura, em Coimbra, diferente da parte de outras organizações políticas de juventude, por isso, e depois de esperar sem resultados, lhes lançamos o desafio sério para intervirem, ainda a tempo, no sentido de dar dignidade a este acto referendário, de apelarem à participação dos jovens e de recusarem frontalmente o desgaste do nosso regime com associações perversas e inúteis», lê-se no comunicado da JS/Coimbra, assinado pelo seu líder, o camarada Ricardo Castanheira.

PENHA DE FRANÇA

Faleceu Alfredo Neto

A Secção da Penha de França está de luto. Alfredo Neto, 68 anos, um dos principais impulsionadores desta estrutura do PS de que foi secretário-coordenador, desde a sua fundação, em 1974, até meados da década de 80, faleceu no passado dia 20, vítima de



doença súbita.

Homem de causas e de princípios, o camarada Alfredo Neto, que norteou toda a sua actividade política em torno dos valores da liberdade, igualdade e fraternidade, foi um exemplo de militância, tendo participado activamente nas grandes batalhas que o PS travou no pós-25 de Abril.

Na luta contra o gonçalvismo, no «Verão Quente» de 1975, e depois na oposição aos governos da AD, entre outras batalhas, a Secção da Penha de França liderada pelo camarada Alfredo Neto esteve sempre na primeira linha, tendo sido

desde então e até agora uma das mais dinâmicas estruturas do PS.

Mas, para além da intensa actividade política desenvolvida na Secção, o camarada Alfredo Neto foi ainda um destacado sindicalista.

Defensor intransigente de um modelo de sindicalismo democrático, Alfredo Neto esteve na fundação do Sindeq, tendo pertencido aos seus órgãos dirigentes.

Dotado de grande afabilidade e capacidade política, a memória do camarada Alfredo Neto perdurará, muito grata, em quantos tiveram o privilégio de ser seus amigos e companheiros de luta.

A família enlutada e à Secção da Penha de França, o «Acção Socialista», órgão oficial do PS, apresenta as mais sentidas condolências.

PORTO

JS denuncia contradições da JSD

A JS/Porto, num comunicado, considera que «a criação das regiões administrativas, ao contrário do que é dito pela JSD/Porto e JSD/Lisboa, é um passo determinante no sentido de acabar com as assimetrias galopantes entre o interior e o litoral, de reforçar o papel das autarquias locais, de resolução mais eficaz dos problemas supramunicipais e de criação de estímulos ao desenvolvimento e à criação de riqueza geradora de mais emprego e melhor qualidade de vida».

Na questão da criação das regiões administrativas no continente, «passo fundamental» para o futuro dos jovens portugueses, a JS/Porto, liderada pelo camarada José Manuel Ribeiro, acusa a JSD de agir «por pura obrigação imposta pela mera aliança tático-partidária de direita, ao contrário da JS que sempre se bateu com convicção pela efectiva descentralização administrativa do continente».

A JS/Porto «apela ao voto no Sim», e salienta que «está há muito tempo no terreno informando os cidadãos sobre a criação das regiões administrativas, nomeadamente a futura Região de Entre Douro e Minho, tendo já desafiado as outras organizações políticas de juventude para debates pedagógicos sobre a regionalização».

VILA REAL

PS solidário com Capoulas Santos

A Comissão Política da Federação Distrital de Vila Real manifestou «total compreensão e solidariedade para com os agricultores da região que se defrontam com os problemas que decorrem de quebras acentuadas de produção no presente ano, designadamente os pequenos agricultores».

Numa nota à Imprensa, o PS/Vila Real congratula-se ainda com as medidas anunciadas recentemente pelo ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos.

Festa pela regionalização

A Secção de Vila Real do PS organizou no passado dia 18, no Largo da Capela Nova, uma grandiosa festa pelo «sim à regionalização», animada pela Filandorra - Teatro do Nordeste, pela Associação Cultural O Cantarêu e pelo cantor da música ultraligeira Quim Barreiros.

As intervenções políticas estiveram a cargo dos camaradas Jorge Coelho, António Martinho e Aloísio da Fonseca.

Almoço das mulheres socialistas Coelho ataca direita radical

Críticas contundentes ao comportamento dos partidos da direita radical, defesa da regionalização e alerta para os perigos de uma crise política aberta pela postura ultrademagógica de Marcelo e Portas, marcaram a intervenção do dirigente nacional do PS Jorge Coelho, no almoço das mulheres do PS realizado no dia 25, domingo, num restaurante da Feira Popular, um espaço de diversão que sofreu importantes obras de melhoramento nos últimos três anos.

Alvo de constantes aplausos das mulheres socialistas ao longo da sua intervenção, o camarada Jorge Coelho alertou para o facto de que «nada garante que não estejamos a chegar a uma crise política aberta pelo PSD, com o chumbo do Orçamento de Estado, e a eleições antecipadas por sua exclusiva responsabilidade».

Acréscitou que, no entanto, e apesar de defenderem sempre o valor da estabilidade política, os socialistas «não têm medo de eleições antecipadas».



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Arte-Sacra em Abrantes

Depois de, em Abril último, ter promovido a realização de uma exposição de arqueologia, na Galeria Municipal, o Gabinete de Arqueologia da Divisão de Educação, Cultura, Turismo e Desporto da autarquia local volta, agora, a este espaço com uma mostra de Arte-Sacra.

A exibição estará patente a partir de sábado, dia 31 e até ao dia 22 de Novembro, podendo ser visitada no horário normal de funcionamento da galeria: terça a sábado, entre as 14 e as 20 horas, domingo, entre as 15 e as 19 horas, encerrando à segunda-feira.

Miniaturas de casas em Braga

Uma exposição de miniaturas de casas típicas elaborada por Jorge Rodrigues espera por si na Casa dos Crivos.

A iniciativa é composta por um conjunto de trabalhos de Jorge Rodrigues, uma autodidacta que elabora obras representativas da arquitectura popular portuguesa.

O artista utiliza sobretudo o granito como matéria-prima para as suas obras, já que, segundo o mesmo, este «sobrevive na imensidão do tempo, o homem molda-o na imensidão do espaço».

A mostra permanecerá aberta ao público até ao dia 3 de Novembro.

Cinema em Cascais

A Câmara Municipal promove, a partir de amanhã e até ao dia 5 de Novembro, a 3ª edição do Ciclo de Cinema, este ano subordinado ao tema «Os Oceanos», numa iniciativa que vai decorrer, a partir das 18 e 15, no Atlântida Cine, em Carcavelos.

Com entrada livre, este ciclo de cinema exhibirá «Titanic», de James Cameron (30 de Outubro); «Libertem Willy II», de Simon Winner (dia 31); «A Ilha das cabeças Cortadas», de Renny Harlin (1 de Novembro); «Tubarão», de Steven Spielberg (dia 2); «Caça ao Outubro Vermelho», de John McTiernan (dia 3); «Cristóvão Colombo, A Descoberta», de Jonh Glen (dia 4); e «Amistad», de Steven Spielberg (dia 5).

Seduções em Coimbra

Hoje, pelas 21 e 30, é exibido, na Sala Polivalente da Casa Municipal da Cultura e no âmbito do ciclo de cinema «Seduções», o filme de Manoel de Oliveira, «O Convento», com apresentação de Fausto Cruchinho.

Durante todo o dia de amanhã o Instituto da Juventude acolherá um seminário para professores e educadores subordinado ao tema «Sexualidade, Afectividade e Educação».

As «Conferências de Coimbra» prosseguem no sábado, dia 31, às 16 horas, com a discussão em torno do tema «Ética de

Hoje, Ética de Amanhã».

O evento, que contará com a participação dos oradores Luís Archer, Marina Themudo e Soromenho Marques, decorrerá na Casa Municipal da Cultura.

Leituras em Fafe

«Fábulas de La Fontaine» é a sugestão para hoje, nas sessões das 10 e 30 e das 15 horas da rubrica cultural «Leituras de Contos», a decorrer na Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian.

Teatro em Guimarães

Hoje, pelas 21 e 45, será exibido no Auditório da Universidade do Minho, o filme de Moshen Makhmalbat, «Gabbeh».

A iniciativa «1ª Mês do Teatro Amador» termina no sábado, dia 31, com a representação, no Auditório da Sociedade Musical de Pevidém, às 21 e 30, de «Cruz Amarela – 25 Horas de Serviço», uma peça que estará a cargo do grupo amador de teatro da Casa do Povo de Serzedo.

Concerto em Lisboa

Amanhã haverá duas novidades na «ementa» cinematográfica das salas lisboetas. «Doidos por Mary», o novo filme de Bobby Farrelly, e «Pesadelo Cor-de-Rosa», a primeira longa-metragem do realizador português Fernando Fragata, com Catarina Furtado e Diogo Infante nos principais papéis.

Combinando uma rara aptidão para a dança, a coreografia, a composição musical, o ensino e a investigação, Padma Subrahmanyam foi a primeira artista a conseguir transpor para a prática, de uma forma verdadeiramente cativante, as teorias e os conceitos em que se baseia a dança indiana.

Se passar, no dia 31, às 21 e 30, pelo Grande Auditório da Culturgest, poderá apreciar as formas tradicionais de dança como o Bharatanayam, Kathakali, Kuchipudi, Odissi ou Manipuri interpretadas por uma artista «exótica».

No dia 1 de Novembro, o Coliseu dos Recreios será palco para a actuação da Orquestra Filarmónica do Teatro Alla Scala. No concerto serão recriadas obras de Schumann e Tchaikovsky, sob a direcção do maestro Riccardo Muti.

Retrospectiva em Matosinhos

A Câmara Municipal promove, na galeria de exposições, uma retrospectiva da vida e obra do poeta Federico Garcia Lorca.

A retrospectiva «Fragmentos de um Universo», que se realiza no âmbito das comemorações do centenário do autor, consiste na representação da sua obra-prima, «A Casa de Bernarda Alba», pelo Teatro Experimental do Porto e na exibição de documentos relativos a este episódio histórico.

A iniciativa engloba também manuscritos, reproduções de desenhos e outras leituras em português, espanhol e galego do poeta e autor dramático.

Pintura em Portimão

O pintor Arnaldo Saavedra terá patente ao público, no Antigo Mercado Municipal, até ao dia 14 de Novembro, a sua mostra de trabalhos mais recentes intitulada «Percurso e Pesquisas da Terra e do Mar».

A exposição poderá ser visitada de segunda-feira a sábado, das 11 às 13 horas e das 15 às 22 horas.

Teatro infantil em Sintra

No âmbito do projecto de «Animação na Biblioteca» - Hora do conto/Teatro Infantil, será apresentada, hoje, às 10 e 30, uma peça, na Biblioteca Municipal.

O grupo Utopia interpretará «Corre, corre cabacinha» para os alunos do Colégio Util Jardim de Monte Abraão.

Contos em Valença

«O Pão Salvador» é o conto que o seu filho poderá apreciar, amanhã, às 16 e 30, na Biblioteca Municipal. Mas se preferir dar umas boas gargalhadas, então não perca a exibição do filme realizado por Bette Thomas, a partir de amanhã e até ao dia 3 de Novembro, no Cine-Ibéria.

Trata-se da comédia «Dr. Dolittle», com Eddie Murphy e Kristen Wilson nos principais papéis.

Dança em Vila Real de Santo António

A programação cultural da Câmara Municipal referente ao mês de Outubro despede-se, este sábado, dia 31, pelas 21 e 30, com um espectáculo de dança contemporânea, a realizar-se no Centro Cultural.

SUGESTÃO

SOLO FLAMENCO

Um «espectáculo de flamenco puro», com coreografia e direcção artística de Eduardo Serrano, «El Guito», e participação da grande *cantaora* Carmen Linares, do guitarrista Moraíto e das bailarinas Sara Baras e María Vivó. Assim se define «Solo Flamenco», o evento de raízes ciganas que poderá ver e ouvir se for ao Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, amanhã e no sábado, às 21 e 30.

Durante as duas horas de duração de «Solo Flamenco», emocionar-se-á com o sabor clássico que possuem os grandes intérpretes desse ritmo cigano magistralmente interpretado por «El Guito». Na sua maturidade artística, o bailarino e coreógrafo entrega-se a uma dança que se foi estilizando, depurando, e que conserva todo o poder da comunicação emocional que só os verdadeiros «reis do flamenco» são capazes de produzir. Com um timbre *sui generis* e uma voz cheia de matices e musicalidade, enaltecendo o canto com a força da sinceridade e com a intuição poética feminina, apresentar-se-á, em «Solo Flamenco» a *cantaora* Carmen Linares, desta feita acompanhada por Moraíto, um dos guitarristas com maior domínio rítmico, conhecimento e personalidade do panorama actual da guitarra flamenca.

Por tudo isto e mais, deixe-se embalar pela melodia cigana de «Solo Flamenco» e não perca o que promete ser um espectáculo memorável.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Suplico-te em silêncio para que o silêncio perdure

Suplico-te gritante e mudo para que se faça ausência e som

Olho-te em silêncio e nada mais que ausência nos distingue

Olho-te na leveza da penumbra e nada mais apreendo apenas a rosácea flutuante de tua astral presença

Luís Filipe Sarmento
In «Tinturas Alquímicas»

Concerto
MANIC STREET PREACHERS
THIS IS MY TRUTH TELL ME YOURS
2 de Novembro
Coliseu de Lisboa



AS PALAVRAS DOS OUTROS ...!

“Perjúrio - Juramento falso”
in Dicionário da Língua Portuguesa, Francis-
co Torrinha, Editorial Domingos Barreira.

**“O perjúrio perante a Comissão
Parlamentar é legalmente punível”**
Manuel dos Santos/JN 21.10.98

**“Tendo em conta as insólitas e
despropositadas acusações de
perjúrio e de desobediência que
Manuel dos Santos, à margem dos
órgãos próprios do Parlamento,
resolveu lançar sobre Marcelo
Rebello de Sousa, o PSD decidiu
acionar um processo judicial”**
Nota da Comissão Política do PSD/JN
21.10.98

“O preço das contradições

Marcelo: «A Sonae comprou os últimos 50
por cento da CRD à Urano uma empresa
do próprio grupo Sonae.»

Josapar: «A empresa compradora da nos-
sa última participação accionária na CRD
não foi a Sonae, nem outra empresa por esta
controlada.»

Marcelo: «A Urano comprou 50 por cento
da CRD.»

CVM: «O comprador do último lote aliena-

do pela Josapar da CRD foi o banco
Surinvest, de Montevideu.»

Marcelo: «É pois, oficialmente registado
que a Josapar vendeu directamente a em-
presa ligada ao grupo Sonae.»

CVM do Brasil: «As informações contidas
nos formulários são da responsabilidade das
companhias que os preenchem, não tendo
a CVM competência legal para certificar
dados.»

Marcelo: «Estes elementos comprovam, a
partir das demonstrações financeiras da
Josapar, que esta vendeu à Urano 50 por
cento do capital da CRD por 17,555 mil re-
ais (cerca de 2,6 milhões de contos)»

CVM do Brasil: «Os documentos não com-
provam o preço pelo qual a Sonae adquiriu
50 por cento das participações no capital
social da CRD.»

Marcelo: «A Urano vendeu 50 por cento do
capital da CRD à MIB/Sonae por 15,3 mi-
lhões de contos (ou seja, por quase 6 ve-
zes mais!)»

Advogados Brasileiros: «Em todas as
declarações prestadas à CVM não há qual-
quer menção à Urano.»

Marcelo: «O Grupo Sonae comprou estes
50 por cento por 85 milhões de dólares (15,3
milhões de contos).»

Josapar: «O preço é fantástico. A venda

da totalidade da sua participação accionária
da CRD foi de 22 milhões de reais.»

Marcelo: «O IPE pagou mais do quintuplo
do que deveria ter pago.»

Banco Santander: «O intervalo de valo-
res entre 170 milhões de dólares e 188 mi-
lhões de dólares enquadra razoavelmente
e de forma conservadora o valor dos capi-
tais próprios da CRD.»

Marcelo: «O negócio foi ruinoso para o
Estado português.»

Salomon Brothers: «A CRD está avalia-
da em 200 milhões de dólares.»

Marcelo: «Nenhum investimento novo sig-
nificativo foi realizado, ou seja, nada explica
o encarecimento 5 vezes da empresa.»

Boto, Amorim e Associados: «O valor
actualizado do investimento da Sonae no
Brasil é de 144 milhões de dólares.»

Marcelo: «O negócio PE/Sonae não servia,
manifestamente, nenhum interesse público.»

IPE: «A Modelo Brasil passou de nono para
o quinto lugar do ranking do sector de di-
stribuição no Brasil, prevendo atingir um vo-
lume de vendas superior a 1000 milhões de
dólares até ao final do corrente ano.»
In A Capital - 22.10.98

PS. Optei por assumir as palavras dos ou-
tros! Para que se julgue (bem).

«José Cardoso Pires foi um ser
solidário, um interventor cívico,
presente em todos os combates
generosos, um progressista, que
acreditava na condição humana e no
progresso.»

Mário Soares
Diário de Notícias, 27 de Outubro

«No final da década de 50 as Forças
Armadas serão sacudidas da sua
letargia face ao regime do Estado
Novo por três fenómenos de
natureza diversa, sendo o primeiro a
candidatura independente do general
Humberto Delgado à presidência em
1958, seguindo-se a emergência da
questão colonial na ONU e em
Angola em 1960-61 e a invasão de
Goa pela União Indiana, em Dezem-
bro deste último ano.»

Medeiros Ferreira
Seara Nova, edição de Verão, nº 61

«Em Portugal, nos últimos 10-15
anos, estabeleceram uma boa rede
de centros de saúde, que muitos
países europeus não têm. É um
trabalho que vem do tempo em que
Maldonado Gonetinha foi ministro da
Saúde (ele era muito bom, aliás, e
um dos melhores que vi na Europa).»

**Eirik Asval, director da OMS para a
Europa**
Público, dia 28 de Outubro

«Esta coisa de fazer a política
segundo o “marketing” não é
agradável. Não gosto muito dos
políticos que estão sempre com o
corrimão Pepsodent. Os políticos
devem ter convicções.»

Mário Soares
SIC, 24 de Outubro



Por favor remeter
este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal
Socialista na modalidade que indico.
Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos
assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter
este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção
Socialista na modalidade que indico.
Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos
assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
**Toda a colaboração deve ser enviada para o
endereço referido**
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26,
Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de
Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL,
Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz